

SEÇÃO DE DEFESAS DE DISSERTAÇÕES E TESES DE 2013

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO 2013

Autor: Bruno Hermes Leal

Título: **DO CARÁTER TAXATIVO DAS HIPÓTESES DE INDIGNIDADE SUCESSÓRIA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UM PROBLEMA DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA**

Data: 23/01/2013

Banca: Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Jorge Renato Reis (Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Dr. Sérgio Viana Severo (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar propostas argumentativas ao tratamento jurisprudencial da indignidade sucessória, no que tange, especialmente, à impossibilidade de estender a sua eficácia excludente (da herança) a hipóteses que não se encontrem contempladas no art. 1.814 do Código Civil brasileiro. A estruturação formal dos capítulos desta dissertação constituem-se em degraus convergentes à demonstração dessa hipótese científica. O primeiro capítulo desta dissertação dedica-se à narrativa sobre a construção do Direito das Sucessões a partir de seus aspectos eminentemente filosóficos e sociológicos, tendo por objetivo metodológico precípua demonstrar que o conceito de herança intestada já foi arquitetado ao redor das mais diversas concepções filosóficas e sociológicas. Esse ponto de partida, salientando os diversificados e contraditórios fundamentos que já foram atribuídos ao Direito das Sucessões, é fundamental ao recorte metodológico do segundo capítulo, qual seja a opção por um estudo dogmático-jurídico da indignidade sucessória.

O segundo capítulo desta dissertação dedica-se à exposição dos contornos normativos objetivos e subjetivos através dos quais o Direito brasileiro delimita a noção jurídica de indignidade sucessória. O terceiro capítulo desta dissertação será dedicado à escolha de certa Teoria da Argumentação Jurídica que alcance, simultaneamente, a racionalidade dos pronunciamentos jurisdicionais e a permeabilidade do Direito à realidade social. O quarto capítulo, por fim, congrega o dissenso teórico do primeiro capítulo, os contornos normativos expostos no segundo capítulo, bem como o cabedal hermenêutico ofertado pela Teoria da Argumentação Jurídica escolhida no terceiro capítulo, para demonstrar que a dogmática atual do Direito brasileiro

não possibilita que o Poder Judiciário crie situações de indignidade sucessória além das previstas no art. 1.814 do Código Civil brasileiro.

Palavras-chave: Direito das Sucessões. Indignidade. Argumentação Jurídica. Robert Alexy.

ABSTRACT

This essay aims to present argumentative proposals to jurisprudential treatment of indignity for succession, regarding especially the impossibility to extend its exclusionary effectiveness to hypotheses that are not specifically addressed in art. 1814 of the Brazilian Civil Code. The formal structure of the chapters of this dissertation are converging to the demonstration of this scientific hypothesis. The first chapter of this dissertation is devoted to the narrative of the construction of the Law of Succession from their eminently philosophical and sociological aspects, aiming to demonstrate that the concept of intestate inheritance has been architected around several philosophical and sociological concepts. This starting point, highlighting the diverse and contradictory foundations that have already been assigned to the Law of Succession, is fundamental to the methodological approach of the second chapter, which is the option for a study of the legal-dogmatic indignity for succession. The second chapter of this dissertation is dedicated to the exposure of normative objective and subjective contours through which Brazilian law defines the legal notion of indignity for succession. The third chapter will be devoted to the choice of certain Legal Argumentation Theory to reach both the rationality of judicial pronouncements and the permeability of Law to social reality. The fourth chapter, finally, brings altogether the theoretical dissent from the first chapter, the normative outlines exposed in the second chapter, as well as the hermeneutic tools offered by the Theory of Legal Argumentation chosen in the third chapter, in order to show that the current Brazilian law does not allow judges to create hypotheses of indignity for succession beyond those expressly provided by art. 1814 of the Brazilian Civil Code.

Keywords: Law of successions. Indignity. Legal reasoning. Robert Alexy.

Autor: Romulo Ponticelli Giorgi Junior

Título: **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO *STRICTO SENSU***

Data: 01/03/2013

Banca: Dr. Cezar Saldanha Souza Junior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Carlos Eduardo Dieder Reverbel (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Luis Alberto Reichelt (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Roger Stiefelmann Leal (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar a irracionalidade de conferir-se, aos juízes ordinários brasileiros, tanto o controle de constitucionalidade como a possibilidade de julgar casos diretamente a partir de princípios constitucionais, sem a mediação da lei, bem como os prejuízos daí decorrentes para a efetivação dos valores fundamentais da democracia, inscritos na Constituição de 1988. Procura-se demonstrar que os valores fundamentais do Estado Democrático de Direito aplicam-se ao controle de constitucionalidade e que este é um instrumento da democracia que pode, se utilizado incorretamente, gerar sérios problemas. Para tanto, após especificar alguns conceitos para afastar ambiguidades e clarear os pressupostos metodológicos, passa-se à demonstração da incompatibilidade do controle cumulado de constitucionalidade com a jurisdição ordinária no sistema Romano-Germânico, especialmente no Brasil, analisando os problemas causados pela cumulação das jurisdições ordinária e constitucional e demonstrando a necessidade de separação entre os níveis fundamental, ordinário e judiciário do ordenamento. Passa-se, então, à demonstração da necessidade de uma clara delimitação entre a competência dos órgãos jurisdicionais de primeiro grau, de segundo grau, dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal. Conclui-se que é viável e necessário vetar o controle de constitucionalidade e o regramento dos casos diretamente a partir de princípios constitucionais pelo julgador ordinário, sugerindo-se a adoção, pelo Supremo Tribunal Federal, de interpretação constitucional que vede este procedimento, pois a Constituição brasileira de 1988 menciona o controle cumulado de constitucionalidade apenas nos seus arts. 97 e 102, III, permitindo a sua limitação, sem a necessidade de emenda constitucional apenas aos tribunais, reduzindo um pouco a irracionalidade gerada pela adoção apressada de institutos típicos do *common law*. A erradicação completa do problema, eliminando a cumulação de jurisdições em todos os graus, entretanto, dependeria de emenda constitucional e está fora do objeto do presente trabalho.

Palavras-chave: Controle de Constitucionalidade. Controle cumulado. Juiz Ordinário. Fins do Estado. Níveis do ordenamento. Democracia Deliberativa. Segurança Jurídica. Limites da Jurisdição. Estado do Bem-Estar Social.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the irrationality of granting to the Brazilian district judges both the power of judicial review and the direct application of constitutional principles, without statute mediation, as well as the resulting losses to the accomplishment of the fundamental values of democracy, inscribed in the 1988 Brazilian Constitution. The paper seeks to demonstrate that the fundamental values of the democratic state are applicable to the judicial review of legislation and that this is a tool that can, if incorrectly used, generate serious problems. For this, after specifying some concepts to avoid ambiguities and make clear the methodological assumptions, follows the demonstration of the incompatibility of the cumulated constitutional review with the common jurisdiction in the civil law, especially in Brazil, analyzing the problems caused by the accumulation of the common and constitutional jurisdictions and demonstrating the need to separate the fundamental, ordinary and judiciary levels of the legal system. Follows the demonstration of the need of a clear delimitation of the competence of the district, appellate, superior and supreme courts. The paper concludes that is feasible and necessary to prohibit to the district judges both the constitutional review and the direct application of constitutional principles, without statute mediation, suggesting the adoption, by the Brazilian Supreme Court, of a constitutional interpretation that prohibits this procedure, because the Brazilian 1988 Constitution mentions the cumulated constitutional review only in its articles 97 e 102, III, allowing the limitation, without the necessity of a constitutional amendment, only to the appellate, superior and supreme courts, reducing the irrationality generated by the hurried adoption of typical common law institutes. The complete eradication of the problem, eliminating the accumulation of the common and constitutional jurisdictions in all courts, however, would need a constitutional amendment and is out of the scope of this paper.

Keywords: Judicial Review. Constitutional Review. Cumulated Control. District Judge. State Ends. Legal System Levels. Deliberative Democracy. Legal Certainty. Limits of Adjudication. Welfare State.

Autor: Wagner Silveira Feloniuk

Título: **A CONSTITUIÇÃO DE CÁDIZ E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL**

Data: 01/03/2013

Banca: Dr. Cezar Saldanha Souza Junior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Carlos Eduardo Dieder Reverbel (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Marcus Paulo Rycembel Boeira (Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo)

Dr. Rodrigo Valin de Oliveira (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

Dissertação a respeito da Constituição de Cádiz de 1812 e sua influência sobre o constitucionalismo brasileiro. Contextualiza historicamente o texto gaditano como uma consequência da conjuntura histórica da Espanha na Europa do início do século XVIII, sob o domínio de Napoleão. Após, apresenta as normas principais da Constituição, sua repercussão na sociedade e o estágio de avanço frente aos outros textos liberais da época. Na segunda parte, passa ao estudo da história do Brasil, concentrando-se nos anos de 1820 a 1824, quando a Constituição de Cádiz influenciou sobre o início da história constitucional. Além de ser outorgada, ela atuou inspirando as Bases para a Constituição da Monarquia Portuguesa, as primeiras eleições gerais no Brasil, o trabalho dos brasileiros nas cortes Portuguesas e a Constituição de 1824.

Palavras-chave: Constituição. Cádiz. Gaditano. Carta. Texto. Espanha. Brasil. Liberalismo. Nação. Espanhola. 1812. 1822. 1824.

ABSTRACT

Dissertation about Constitution of Cadiz of 1812 and its influence in Brazilian constitutionalism. Gaditan text is contextualized as a Spain historical situation in the early eighteenth Europe under Napoleon rule consequence. After, presents the main constitution's rules, their impact upon society and the advance stage compared to other liberal era's texts. On the second part, is studied the Brazil's history, focusing on the years 1820 to 1824, when the Constitution of Cádiz influenced upon the constitutional history beginning. After being ratified, it served as an inspiring for Bases of the Constitution of the Portuguese Monarchy, the first general elections in Brazil, Brazilian's work in the Portuguese Courts and the Constitution of 1824.

Keywords: Constitution. Cádiz. Gaditano. Text. Brazil. Liberalism. Nation. Spanish. 1812. 1822. 1824.

Autor: Mateus de Lima Wesp

Título: **REGIMES POLÍTICOS DE 1964 A 1988 NO BRASIL**

Data: 01/03/2013

Banca: Dr. Cezar Saldanha Souza Junior (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Carlos Eduardo Dieder Reverbel (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Marcus Paulo Rycembel Boeira (Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo)

Dr. Rodrigo Valin de Oliveira (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Autor: Ricardo Stifelman

Título: **PRECEDENTE E DECISÃO JUDICIAL: A TEORIA DO PRECEDENTE NO COMMON LAW E A PROPOSIÇÃO DE UM MODELO RESCISÓRIO PARA AS CORTES SUPERIORES BRASILEIRAS**

Data: 06/05/2013

Banca: Dr. Humberto Bergmann Ávila (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. Alexandre Mariotti (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Claudio Ari Pinheiro de Mello (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Klaus Cohen Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autor: Bruno Capelli Fulginiti

Título: **REGRAS DE DEDUTIBILIDADE NO IMPOSTO DE RENDA: CONTEÚDO
NORMATIVO E CONTROLE JURISDICIONAL**

Data: 30/04/2013

Banca: Dr. Humberto Bergmann Ávila (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. André Parmo Felloni (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

Dr. Andrei Pitten Velloso (Doutor em Direito e Garantias do Contribuinte pela Universidade de Salamanca)

Autora: Patrícia Fernandes Fraga

Título: **ANÁLISE DE DIREITO E ECONOMIA DA ARBITRAGEM NOS CONTRATOS POR ADESÃO**

Data: 13/05/2013

Banca: Dr. Véra Maria Jacob de Fradera (Orientadora, Doutora em Direito pela Université de Paris II Up II)

Dr. Eugênio Battesini (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fernando José Borges Correia de Araujo (Doutor em Ciências Jurídico-Econômicas pela Universidade de Lisboa)

Dr. Giacomino Balbinotto Neto (Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

Trata-se de dissertação, requisito para obtenção de título de Mestre em Direito, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este trabalho respeita à pesquisa acerca da instauração da arbitragem, designadamente, por meio da cláusula arbitral, no interior dos contratos estandardizados, sob o enfoque da análise econômica do direito. Portanto, a pesquisa concerne à tentativa de união de institutos bastante polêmicos e sinuosos, pois, aparentemente incompatíveis, a arbitragem, de um lado, em virtude de carecer da autonomia da vontade inequívoca para sua validade e os contratos por adesão, do outro lado, por restringir essa mesma autonomia de forma notória, e sobrepassando a ambos a perspectiva, muito mais pragmática, da análise econômica do direito, que instrumentará o exame da eficiência desses institutos, quando atuarem conjuntamente. Além disso, não se prescindirá da devida análise jurídica dos institutos da arbitragem e dos contratos por adesão, vez que se não houver fundamentos jurídicos que legitimem sua utilização de nada serviria o presente exame. Contudo, tentar-se-á verificar, nos limites do ordenamento jurídico nacional brasileiro, se há modificações plausíveis e suscetíveis de melhorias.

Palavras-chave: Direito Civil, Análise Econômica do Direito, Arbitragem, Contrato por adesão, Cláusula Arbitral.

ABSTRACT

This thesis is a requirement for obtaining a Master Degree in Law at the Graduate Program in Law of Federal University of Rio Grande do Sul. This paper is the research about the establishment of arbitration, namely, through the arbitration clause, within the standardized contracts, from the standpoint of economic analysis of law. Therefore, the research concerns the attempted union of two quite controversial and apparently incompatible institutes: arbitration and standard contracts. The first, on the one hand, lacks of freedom in unequivocal choice for its validity; the last, on the other hand, restricts this autonomy noticeably. To both, the perspective, much more pragmatic, on economic analysis of law, will be imposed and will provide the tolls to examine the effectiveness of these institutions, when acting together. Furthermore, it is not possible to exclude the due legal

analysis of the institutes of arbitration and standard contracts, once the lack of legal grounds to legitimize their use make the present analysis pointless. However, this paper will try to determine, within the limits of the Brazilian national law, if there are plausible and susceptible modifications for improvement.

Keywords: Civil Law, Economic Analysis of Law, Arbitration, Standard/Adhesion Contract , Arbitration Clause.

Autor: Manoel Gustavo Neubarth Trindade

Título: **DIREITO CONTRATUAL COMO REDUTOR DAS FALHAS DE MERCADO**

Data: 13/05/2013

Banca: Dr. Cesar Viterbo Matos Santolim (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fernando José Borges Correia de Araújo (Doutor em Ciências Jurídico-Económicas pela Universidade de Lisboa)

Dr. Luis Renato Ferreira da Silva (Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo)

Dr. Ricardo Lupion Garcia (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Autora: Cristiana Sanchez Gomes Ferreira

Título: **ANÁLISE JURÍDICA E ECONÔMICA DO CASAMENTO E DE SEUS ASPECTOS PATRIMONIAIS**

Data: 14/05/2013

Banca: Dr. Cesar Viterbo Matos Santolim (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Giacomo Balbinotto Neto (co-orientador, Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo)

Dr. Fernando José Borges Correia de Araujo (Doutor em Ciências Jurídico-Econômicas pela Universidade de Lisboa)

Dr. Gerson Luiz Carlos Branco (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Fernando Simão (Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo)

Autora: Raquel Xavier Viera Braga

Título: **INVESTIGANDO A OPERATIVIDADE DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS**

Investigating Tax Immunity Operativity

Data: 20/05/2013

Banca: Dr. Humberto Bergmann Ávila (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. André Parmo Felloni (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

Dr. Andrei Pitten Velloso (Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte pela Universidade de Salamanca)

Dr. Luis Felipe Silveira Difini (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

A presente dissertação examina o instituto jurídico da imunidade tributária. Para tanto, dedica-se na primeira parte à sua definição, razão pela qual analisa o uso da palavra imunidade, preparando o trabalho para investigar a espécie normativa na qual a imunidade tributária está inserida. A partir de então, analisa a forma de atuação da norma imunizante. Compreendidos o conteúdo, os fundamentos e as características das imunidades, realiza a definição conceitual de imunidade tributária, o que permite partir para segunda parte do trabalho: seu estudo classificatório. Nele, investiga-se a operatividade das imunidades tributárias da seguinte forma: primeiramente, é examinada a forma de direcionamento da norma; em segundo lugar, analisa-se como a norma imunizante se manifesta no texto constitucional; em terceiro lugar, reflete-se sobre a abrangência da norma quanto às espécies tributárias e às situações as quais a norma alcança; num quarto momento, investiga-se a força normativa das imunidades tributárias para, na quinta etapa, debruçar-se sobre a eficácia normativa da imunidade tributária; e, por fim, o trabalho analisa o seu modo de interpretação, examinando os critérios sistemáticos que controlam a interpretação da norma imunizante.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Direito Tributário. Imunidade Tributária. Definição. Classificação Operacional.

ABSTRACT

This paper examines the legal institute of tax immunity. In order to do such, it dedicates on the first step to define tax immunity, which reason is to analyse the use of the word immunity to investigate the type of standard which tax immunity is inserted. As a result, it analyses the acting form of the immunizing rule. After understanding the content, the aims and the characteristics of the immunities, this work defines the concept of the tax immunity which leads to its classificatory study, the second step of this paper. This study investigates the operativity of the immunities in this way: first, examines the direction's form of the rule. Second, analyses the rule's manifestation in constitutional terms. In a third moment, reflects about the rule's coverage related to taxes sorts and the situations which the rule achieves. Moreover, investigates the rule's strength of the tax immunity. Furthermore, examines the efficacy of the tax immunity. Finally, the analysis is focused

on its interpretation type, that investigates the systematic criteria which controls the interpretation of the immunizing rule.

Keywords: Constitutional Law. Tax Law. Tax Immunity. Definition. Operational Classification.

Autora: Fabiana Prietos Peres

Título: **NOVOS DEVERES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA PREVENÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO**

Data: 29/05/2013

Banca: Dr. Claudia Lima Marques (Orientadora, Doutora em Direito pela Universität Heidelberg, Ruprechts-Karls)

Dr. Carlos Silveira Noronha (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Fabiano Menke (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado serve para refletir acerca das questões concernentes à crise financeira mundial, as modificações legislativas acerca da regulação do crédito ao consumidor e os novos deveres das instituições financeiras diante de tal cenário. Considerando a necessidade urgente de uma regulação mundial, seja nacional ou em blocos econômicos, acerca do fenômeno do superendividamento, valemo-nos de exemplos de outros países para buscar uma conexão possível, considerando a cultura da sociedade de consumo, leis vigentes e necessidades específicas, entre os deveres dos consumidores e, principalmente, das instituições financeiras. Se o consumidor brasileiro paga atualmente as maiores taxas de juros no mundo, com a justificativa do mercado que tal prática é reflexo de sua inadimplência, deve-se atentar para a razão de tal inadimplência. A inadimplência do consumidor, muitas vezes o levando ao superendividamento, é um reflexo tanto da cultura do imediatismo, fomentada pela publicidade, quanto da ausência de limites e informações adequadas à este consumidor quando da concessão do crédito, o levando a subestimar os riscos da operação. O consumidor não tendo conhecimento necessário para gerir sua vida financeira, ao receber ofertas de crédito com informações deficientes, incompletas, obscuras e até mesmo com ilusões que rodeiam apenas seus benefícios e não seus riscos, é um forte candidato ao superendividamento. Muito embora existam muitas ações, tanto no Brasil quanto no mundo, para tratamento do superendividamento, buscando a ressocialização do consumidor na sociedade, devemos preocupar-nos igualmente com a prevenção deste superendividado, que deve ser realizada com a tomada da responsabilidade [neste sentido como um dever, uma postura a ser adotada pela instituição financeira previamente] no sentido de qualificar seus prepostos a igualmente terem condições de informar, clara e adequadamente, o consumidor dos riscos e benefícios do crédito. Para tanto, analisaremos alguns pressupostos que permeiam nossas hipóteses, passando no primeiro capítulo pelos benefícios e riscos do crédito e, no segundo capítulo, abordando os contratos por adesão, os princípios que norteiam tais pactos, especialmente a boa-fé, chegando ao dever geral de informação, o qual abrigaria o dever de informação formal como esclarecimento, o aconselhamento e advertência, passando igualmente pela necessidade de um prazo de reflexão ao consumidor como condutor de tais deveres.

Palavras-chave: Superendividamento. Crédito responsável ao consumidor. Deveres das instituições financeiras.

ABSTRACT

The present dissertation serves to reflect on the issues that concerned the global financial crisis, the legislative changes regarding the regulation of consumer credit and the new duties of financial institutions faced with this scenario. Considering the urgent need of global regulation, whether national or in economic blocks, around the phenomenon of over-indebtedness, we may use examples from other countries to seek a possible connection, considering the culture of the consumer society, laws and specific needs between the consumers duties and especially, the financial institutions. If the Brazilian consumer currently pays the highest interest rates in the world, with the market justification that such practice is a reflection of its own default, we should look for the reason of such default. The consumer default, often leading him to over-indebtedness, is both a reflection from the culture of immediacy, fostered by advertising, and the absence of limits and suitable information for the consumer when granting credit, leading to underestimate the risks of this operation. When consumers do not have the knowledge to manage their financial lives, and receives credit offers with disabilities information, incomplete, unclear and even illusions that surround only its benefits and not its risks, became a strong candidate for over-indebtedness. Although there are many actions, both in Brazil and around the world for over-indebtedness treatment, seeking the consumer rehabilitation in the consumer society, we must also concern ourselves about the over-indebtedness prevention, which should be performed with taking responsibility [in this sense as a duty, an attitude to be adopted by the financial institution previously] in order to qualify their agents and also having the conditions to inform clearly and properly, the risks and benefits of consumer credit. To do so, we are going to analyze some assumptions that permeate our chances, passing in the first chapter of the benefits and risks of credit and, in the second chapter, addressing the adhesion contracts, the principles guiding such pacts, especially the good faith, even to the general information duty, which would protect the duty as formal clarification of information, advice and warning, by also passing for the consumer period for reflection as a driver of such duties.

Keywords: Over-indebtedness. Responsible Lending to Consumers. Duties of Financial Institutions.

Autora: Geovana Geib

Título: **A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHADOR CONTRATADO OU TRANSFERIDO PARA O EXTERIOR: AS PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE O FOROCOMPETENTE E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Data: 29/05/2013

Banca: Dr. Claudia Lima Marques (Orientadora, Doutora em Direito pela Universität Heidelberg, Ruprechts-Karls)

Dr. Augusto Jaeger Junior (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fabiano Menke (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO

Não se pode negar que a globalização influencia, de modo decisivo, todos os aspectos da organização econômica da sociedade contemporânea. Impulsionada, principalmente, pelas inovações da tecnologia e das telecomunicações, nunca se produziu tanto e de forma tão diversificada. No mundo do trabalho, a principal transformação gerada pela globalização é o deslocamento de trabalhadores para postos de trabalho em diferentes países. Por consequência, isto ocasiona um representativo aumento dos conflitos de leis trabalhistas no espaço e a necessidade dos Estados regularem o tema. Assim, o principal desafio do Direito Internacional do Trabalho hoje é garantir respostas eficazes a este aumento de conflitos e assegurar uma efetiva proteção internacional destes trabalhadores contratados ou transferidos para o exterior por seus empregadores. Por esta razão, através de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, a presente monografia (que se utiliza da metodologia francesa) demonstrará porque a proteção internacional efetiva dos trabalhadores contratados ou transferidos para laborar no exterior só poderá ser garantida através de regras benéficas quanto à determinação da lei aplicável e do órgão jurisdicional competente para processar e julgar tais demandas.

Palavras-Chave: Direito Internacional Privado x Direito do Trabalho x Contrato individual de trabalho x transferência x Jurisdição x Lei Aplicável

ABSTRACT

Nobody can deny that globalization influences, in a decisive way, all aspects of economic organization of contemporary society. Mainly, driven by innovations in technology and telecommunications, humanity had never produced so much and in a so diversified way. In the labor world, the main change due to globalization is the displacement of workers to workplaces indifferent countries. Consequently, this causes a representative increase of labor law conflicts in space and a demand for States to regulate this issue. Thus, the main challenge of the International Labor Law today is to ensure an effective response to this mentioned increase of conflicts and guarantee an effective international protection of these workers hired or transferred abroad by their employers. For this reason, through doctrinal and jurisprudential research, this monograph (which uses the French methodology) demonstrates why effective

international protection of workers hired or transferred for working abroad can only be guaranteed through beneficial rules regarding to the determination of the applicable law and the competent court to adjudicate such claims.

Keywords: Private International Law. Labor Law. Individual Labor Contract. Transference. Jurisdiction. Applicable Law.

Autor: Kazan Sidharta Nassif Costa

Título: **OS EFEITOS DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

Data: 05/06/2013

Banca: Dr. Luis Felipe Silveira Difini (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Igor Danilevicz (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Pablo Antonio Caliendo Velloso da Silveira (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Autor: Pablo Castro Miozzo

Título: **INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO. DE SAVIGNY A FRIEDRICH MÜLLER**

Data: 10/06/2013

Banca: Dr. Humberto Bergmann Ávila (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. Claudio Ari Pinheiro de Mello (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Daniel Francisco Mitidiero (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Draiton Gonzaga de Souza (Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel)

RESUMO

O presente estudo pretende se ocupar de dois temas fundamentalmente: a interpretação jurídica e a criação judicial do Direito, numa perspectiva histórica. Ter-se-á como foco algumas das principais teorias do Direito alemão que se ocuparam destes assuntos e o diálogo entre elas, desde a Escola Histórica do Direito, passando pela Jurisprudência dos Conceitos, pela Jurisprudência dos Interesses, pelo Movimento para o Direito Livre, pela Teoria Pura do Direito e, por derradeiro, culminando na Teoria Estruturante do Direito. Como pressuposto para o estudo da interpretação, procurar-se-á estabelecer pontos de partida conceituais, em especial tendo em mira as concepções de hermenêutica desenvolvidas ao longo da tradição filosófica que se ocupou da matéria. Ou seja, pretende-se estabelecer uma relação entre hermenêutica filosófica e hermenêutica jurídica. A partir daí, serão estudadas as referidas escolas jurídicas, tendo como linhas mestras as suas concepções de interpretação, incluídas aqui as noções de metodologia, de ciência e da função judicial, sempre tendo em conta o contexto no qual foram desenvolvidas e as possibilidades eventuais de aplicá-las ao contexto brasileiro atual.

Palavras-chave: Hermenêutica Filosófica. Hermenêutica Jurídica. Ciência Jurídica. Criação Judicial do Direito.

ABSTRACT

This study intends to engage in essentially two themes: the legal interpretation and judicial creation of law, in a historical perspective. It will have as its focus some of the main theories of German law that took care of these issues and the dialogue between them, from the Historical School of Law, passing through the Jurisprudence of Concepts, the Jurisprudence of Interests, the Movement for the Right Free, by Pure Theory of Law, and the last, culminating in the Structuring theory of Law. As a prerequisite for the study of interpretation, it will seek to establish conceptual starting points, particularly in the main hermeneutical concepts developed throughout the philosophical tradition that occupied the area. That is, we intend to establish a relationship between philosophical hermeneutics and legal hermeneutics. Thereafter, these schools will be studied, taking into account their notions of interpretation, including here the notions of methodology, of

science in itself and of the judicial function, always taking into account the context in which they were developed and the possibilities of any apply of them to the current Brazilian context.

Keywords: Philosophical Hermeneutics. Legal Hermeneutics. Jurisprudence. Judge made Law.

Autor: Bruno Haack Vilar

Título: ESTUDO COMPARADO DA DISCIPLINA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES POR AÇÕES NO BRASIL E REINO UNIDO E SUA RELAÇÃO COM A PROPRIEDADE DO CAPITAL

Comparative Study of the Discipline of Remuneration of Directors of Companies by Shares in Brazil and the United Kingdom in relation to Stock Ownership

Data: 18/06/2013

Banca: Dr. Peter Walter Ashton (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Carlos Klein Zanini (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Gerson Luiz Carlos Branco (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

Este trabalho analisa a disciplina da remuneração dos administradores de sociedades por ações no direito brasileiro em cotejo com aquela do Reino Unido, sob a perspectiva da estrutura de propriedade do capital predominante em cada um desses países. Após um esboço histórico que ilustra o papel da sociedade por ações em mobilizar poupança popular, exploram-se os fatores que levaram à fragmentação da propriedade acionária no Reino Unido e analisa-se a ocorrência de tal fatores no Brasil. A seguir destacam-se as relações entre distribuição do capital (se concentrada ou dispersa) e administração societária, com especial ênfase a seus reflexos sobre a remuneração. Por fim investiga-se a disciplina da remuneração dos administradores de companhias no direito britânico e brasileiro, atentando-se para a adequação deste a um cenário em que sociedades de capital disperso passam a disputar espaço no mercado com sociedades de capital concentrado. Conclui-se que as mudanças pelas quais vem passando o mercado de capitais brasileiro nos últimos anos podem vir a exigir alterações no direito.

ABSTRACT

This thesis analyses the discipline of executive remuneration in Brazilian law as compared to that of British law and under the perspective of the prevailing capital ownership structure in each of these countries. After a brief historical illustration of the role of corporations in the mobilisation of public savings, the factors that produced the dispersion of shareholding in the United Kingdom are reviewed and their occurrence in Brazil is analysed. The relationships between share ownership distribution (if concentrated or dispersed) and corporate governance are reviewed, with an emphasis on its effects over remuneration. Finally the discipline of executive remuneration in British and Brazilian law is investigated, considering the adequacy of the latter to a scenario in which dispersed capital companies share an space in market with concentrated capital companies. Conclusion is that the changes observed in the Brazilian capital market in the last years may come to demand modifications in law.

Autor: Cassio Benvenuti

Título: **O PROBLEMA DA AÇÃO ANULATÓRIA CONFORME O ART. 486 DO CPC E O ART. 929 DO PROJETO DE NOVO CPC**

Data: 24/06/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)
Dr. José Maria Rosa Tesheiner (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Dr. Klaus Cohen Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Sergio Luis Wetzel de Mattos (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

O ato processual é objeto de intenso debate na doutrina. As diversas correntes que o estudam partem do pressuposto da autonomia científica do processo civil e formulam propostas para a sua definição e classificação. Autonomia científica não deve se equiparar a alheamento metadisciplinar. O problema reside na metodologia utilizada a partir de então. A grande maioria dos estudos reputa o processo como uma relação jurídica, logo, o que pertence ao regime jurídico do direito material não toca o processo e o que pertence ao regime jurídico do processo não toca o direito material. A separação absoluta arrisca paralisar o processo em uma estática jurídica. Um paradigma que acabou deixando o ato processualizado no esquecimento, bem como relegou a um segundo escalão de preocupações o remédio jurisdicional que o impugna: a denominada ação anulatória. O texto defende uma consciência do processo enquanto uma articulação dinâmica, de maneira a renovar as definições e classificações por intermédio de uma instrumentalidade efetiva que permita, finalmente, identificar o ato processualizado, com a sua finalidade, a sua estrutura e o seu regime jurídico específico. A partir dessa percepção, desenvolve um estudo analítico da ação anulatória para desconstituir o ato processualizado, reportando as suas intempéries na prática do foro e os desencontros teóricos. Uma dissertação que de algum modo confronta as normas que informam e estruturam o processo em seu formalismo interno e também indica os reflexos da malha normativa em que o direito processual civil está inserido, em um contexto metaprocessual. O resultado é a ponderação entre a heterocomposição por intermédio da tutela jurisdicional e a autocomposição com a força da autonomia privada. Ao largo do raciocínio se demonstra que o Estado afirma compromissos através do direito, no sentido não apenas de organizar um resultado a ser proporcionado pela Jurisdição, mas de sobremaneira preordenar meios conducentes à tutela dos direitos em um sentido amplo, sempre na virtude do nexu teleológico que verticaliza os valores e os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados. A justiça e a pacificação social agradecem.

Palavras-chave: Processo Civil. Ato Processual. Ato no Processo. Ação Anulatória.

ABSTRACT

The procedural act is a matter of intense debate in the doctrine. There are various currents based on the assumption of scientific autonomy of civil procedure and formulate proposals for its

definition and classification. Scientific autonomy should not equate to disciplinary alienation. The problem is in the methodology used thereafter. The vast majority of studies consider the process as a legal relationship, so what belongs to the legal right of the material does not touch the process, and what belongs to the legal process does not touch the right material. The absolute separation risks to paralyse the process in a static entity. A paradigm that eventually left the act practiced in procedure into oblivion, and relegated to a second tier of concerns that the drug court challenges: the so-called annulment action. The text advocates an awareness of the process as a dynamic articulation in order to renew the definitions and classifications through an effective instrumentality allowing finally to identify the act practiced in the procedure, with its purpose, its structure, and its specific legal system. From this perception, develops an analytical study of the annulment action, its practices of weatherproof venue and theoretical disagreements. A dissertation that somehow confronts the norms that inform and structure the process in its internal formalism, and shows the effects of the regulatory loop in which the civil procedural law is embedded in a disciplinary context. The result is a balance between the judicial protection and protection based in private autonomy. The text demonstrates that the state affirms commitments through the law in order not only to organize a result to be provided by the jurisdiction, but greatly to preordain routes leading to the protection of rights in a broad sense, always in view of final nexus that demands values and fundamental rights constitutionally assured. The social justice and peacemaking thank.

Keywords: Civil Procedure. Produral Act. Act in the Process. Annulment Action.

Autor: Marcelo Leão Lucietto

Título: SOCIEDADES POR AÇÕES E O CONFLITO DE INTERESSE: ANÁLISE DO INTERESSE SOCIAL, TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS E O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS SOCIAIS

Data: 27/06/2013

Banca: Dr. Peter Walter Ashton (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fabiano Menke (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. Fábio Siebeneichler de Andrade (Doutor em Direito pela Universität Regensburg)

Dr. Gerson Luiz Carlos Branco (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autor: Draiton Gonzaga de Souza

Título: **SECULARIZAÇÃO E DIREITO: OS PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS-TEOLÓGICOS DO CONCEITO JURÍDICO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Data: 01/07/2013

Banca: Dr. Luis Fernando Barzotto (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Elton Somensi de Oliveira (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Raúl Madrid Ramirez (Doutor em Direito pela Universidade de Navarra)

Autor: João Leonardo Marques Roschildt

Título: **RAZÃO PRÁTICA E DIREITO: ENTRE MÉTODO E PRUDÊNCIA**

Data: 02/07/2013

Banca: Dr. Luis Fernando Barzotto (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Alejandro Montiel Alvarez (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Raúl Madrid Ramirez (Doutor em Direito pela Universidade de Navarra)

Autor: Otávio Augusto dal Molin Domit

Título: **IURA NOVIT CURIA: O JUIZ E A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DA DEMANDA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

Data: 04/07/2013

Banca: Dr. Daniel Francisco Mitidiero (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Rogério Cruz e Tucci (Doutor pela Università di Roma)

Dr. Klaus Cohen Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Sergio Cruz Arenhart (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

RESUMO

O estudo que segue se propõe a revisitar criticamente a aplicação da máxima iura novit curia no processo civil brasileiro, em especial a questão relativa à existência ou não de vinculação do órgão judicial à qualificação jurídica da demanda. As discussões vão desde o exame dos pressupostos culturais e lógicos do momento de nascimento da máxima, passando pela análise do papel que o fundamento jurídico da causa petendi desempenha na individualização do objeto litigioso do processo, até chegar ao exame dos limites e condições legais e constitucionais postos pelo ordenamento jurídico brasileiro à afirmada livre determinação do juiz na enunciação do direito aplicável ao caso. Esse estudo é feito pela revisitação de posições doutrinárias consolidadas, lançando-se mão de exemplos e casos práticos, de forma a verificar se a tradicional concepção de que se valem doutrina e jurisprudência na aplicação da máxima iura novit curia está conforme às diretrizes básicas do processo civil brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Iura Novit Curia. Formalismo Processual. Objeto do Processo. Causa Petendi. Fundamento Jurídico. Vinculação do Juiz.

RIASSUNTO

Il saggio che segue si pone lo scopo di riesaminare criticamente l'applicazione della massima iura novit curia nel processo civile brasiliano, in speciale per quanto riguarda alla vincolazione o meno dell'organo giudiziale alla qualificazione giuridica della domanda. Il dibattito prende le mosse dall'analisi dei presupposti culturali e logici presenti all'epoca di nascita dell'aforisma, cammina attraverso l'indagine del ruolo del fondamento giuridico della causa petendi nell'identificazione dell'oggetto del processo e finisce con l'esame dei limiti e condizioni legali e costituzionali fissati dall'ordinamento giuridico brasiliano alla detta libera determinazione del giudice nell'enunciazione del diritto applicabile al caso. Lo studio va fatto con la rivisita di posizioni dottrinali consolidate, attraverso l'esame di esempi e casi pratici, cercando di verificare se la tradizionale concezione dottrinale e giurisprudenziale sull'applicazione della massima iura novit curia è conforme alle linee fondamentale del contemporaneo processo civile brasiliano.

Parole-chiave: Iura Novit Curia. Formalismo Processuale. Oggetto del Processo. Domanda. Causa Petendi. Fondamento Giuridico. Vinculazione del Giudice.

Autor: Paulo Mendes de Oliveira

Título: **COISA JULGADA E PRECEDENTE – ANÁLISE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO**

Data: 09/07/2013

Banca: Daniel Francisco Mitidiero (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Antonio do Passo Cabral (Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dr. Fredie Souza Didier Junior (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Dr. Humberto Bergmann Ávila (Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Autor: Rafael Flach

Título: **ALTERAÇÃO DA DEMANDA: A FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE DA DEMANDA**

Data: 16/08/2013

Banca: Daniel Francisco Mitidiero (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Daisson Flach (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica (Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo)

Dr. Klaus Cohen Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autor: Vinicius Diniz Vizzotto

Título: O CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA COMBUSTÍVEIS NA EUROPA (DIRETIVAS 2009/28/CE E 2009/30/CE): INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU VIOLAÇÃO AOS ACORDOS DA OMC?

Data: 14/08/2013

Banca: Dr. Augusto Jaeger Junior (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fábio Costa Morosini (Doutor em Direito Internacional pela University of Texas at Austin)

Dr. Guilherme Pederneiras Jaeger (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Luciano Benetti Timm (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autor: Luiz Fernando Barboza dos Santos

Título: **DIREITO TRIBUTÁRIO E LIVRE CONCORRÊNCIA**

Tax Law and Free Competition

Data: 16/08/2013

Banca: Dr. Luís Felipe Silveira Difini (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Humberto Bergmann Ávila (Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. Igor Danilevicz (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Roberto Catalano Botelho Ferraz (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

A tributação possui inegável importância no atual contexto econômico, influenciando diretamente o comportamento dos agentes que atuam no mercado. Em face disso, a relação entre o Direito Tributário e o princípio da livre concorrência apresenta-se cada vez mais solidificada. O reconhecimento dessa relação depende da adoção de uma visão mais ampla do Direito Tributário, o qual deve ser compreendido de forma sistêmica e interdisciplinar. Por outro lado, a aludida relação depende, também, da compreensão da livre concorrência sob um prisma de liberdade e de igualdade. Liberdade no sentido de permitir que os agentes possam ingressar e atuar criativamente no jogo do livre mercado, exercendo sua autonomia privada; igualdade no sentido de que todos os concorrentes possuam as mesmas condições de competitividade, sendo que eventuais diferenças, inerentes ao sistema capitalista, devem decorrer somente da eficiência econômica revelada por cada um dos agentes. Ao Estado compete respeitar o princípio da neutralidade, o qual guarda pertinência com a preservação da livre concorrência. Esse princípio possui dois planos: um primeiro plano referente a um dever negativo ou de omissão, em que o ente público não pode interferir na competitividade por meio da tributação; um segundo plano atinente a um dever positivo ou de ação, que permite ao Estado prevenir ou restaurar a igualdade de condições na concorrência. O artigo 146-A da Constituição positivou o princípio da neutralidade no ordenamento pátrio. Mas, a par disso, instituiu também uma regra de competência, permitindo a elaboração de lei complementar que estabeleça critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Com base nesse arsenal legal e teórico, possibilitou-se o enfrentamento dos aspectos práticos dessa relação entre Direito Tributário e livre concorrência, como, por exemplo, os efeitos nocivos que a Guerra Fiscal do ICMS ou a prática de sonegação fiscal causam à competitividade do mercado.

Palavras-chave: Tributação. Livre concorrência. Neutralidade. Artigo 146-A. Guerra fiscal. Sonegação fiscal.

ABSTRACT

The instrument of taxation features undeniable importance in current economic context, directly influencing market players' behavior. On the face of it, relationship between Tax Law and the principle of free competition has become ever more solidified. Recognition of this relationship depends on adoption of a wider vision of Tax Law, which must be systemically and interdisciplinary understood. Moreover, the aforesaid relationship also depends on understanding free competition in a prism of freedom and equality. Freedom with respect to allow agents to join in and creatively act in the interplay of free market, exerting their private autonomy; equality in the sense that all bidders have the same competitive conditions, and any differences inherent in the capitalist system should take place only economic efficiency revealed by each agent. The State is responsible for respecting the principle of neutrality, which holds relevance to the preservation of free competition. This principle features two levels: the first one regards to a negative duty or omission, in which the public entity cannot interfere in competitiveness through taxation; the second one is concerned to a positive duty or action, which permit the State prevent or restore equal conditions in competition. Article 146-A of Constitution affirmed the principle of neutrality in Brazilian Law. However, in addition, it also established a jurisdiction rule, permitting elaboration of complementary law as to establish special criteria for taxation aiming to prevent imbalances in competition. Based on this legal and theoretical background, it made possible the confrontation of practical aspects of relationship between Tax Law and free competition, such as, for example, the harmful effects of "ICMS Fiscal War" and tax evasion practice cause to market competitiveness.

Keywords: Taxation. Free competition. Neutrality. Article 146-A. Fiscal War. Tax evasion.

Autora: Monaliza Costa de Souza

Título: **PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FRENTE A ALIENAÇÃO PARENTAL: ANÁLISE A PARTIR DA ÓTICA DA LEI Nº 12.318 DE 26 DE AGOSTO DE 2010**

Data: 19/08/2013

Banca: Dr. Carlos Silveira Noronha (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dra. Maria Cláudia Crespo Brauner (Doutora em Direito pela Universidade de Rennes I)

Dra. Maria Cristina Cereser Pezzella (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

Dr. Sérgio Viana Severo (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

A Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a discussão ampliada das questões que envolvem a alienação parental, que já estavam sendo objeto de estudo por parte da doutrina e da jurisprudência nacional. A alienação parental caracteriza-se quando geralmente um genitor, ou alguém que tenha autoridade sobre a criança e o adolescente a influencia de forma negativa e constante com o intuito de afastá-la de um adulto ou de uma parcela da família. O surgimento da pessoa como sujeito de direitos é uma categoria jurídica recente na história da humanidade, e, ainda mais recente, é o reconhecimento da criança e do adolescente nessa posição e com tutela prioritária. A percepção de grupo familiar se modifica ao ser estudada ao longo do tempo e do espaço em razão de dados culturais que tornam os grupos singulares e merecedores de um olhar específico e atento às suas especificidades. As famílias reconhecidas desde as suas origens como o núcleo básico da sociedade passaram a representar um núcleo fundado não apenas em elementos econômicos e de reprodução mas ancorados na afetividade existente entre seus membros. O cerne é o ser, como indivíduo único e singular de direitos e obrigações. A afetividade foi alçada a objeto de reconhecimento pelo ordenamento jurídico. Antes se falava em pátrio poder, hoje em poder familiar, numa nova perspectiva, de poder-dever, consubstanciado na *auctoritas*, que quer dizer “fazer crescer” (na expressão latina), e não no sentido vulgar que destaca apenas o lado obscuro da palavra na compreensão de autoritarismo. A pesquisa desenvolvida na presente dissertação tem como objetivo esclarecer quando e como ocorre a alienação parental, e quais são as formas de evitá-la e proteger as crianças e os adolescentes, e todos os que formam as diferentes famílias. Identificar a ocorrência da alienação parental é o primeiro passo na perspectiva teórica, para que ele não ocorra nos casos concretos. Fundado na perspectiva preventiva se pretende traçar a conceituação da família e suas posturas no âmbito do Direito brasileiro, sob o manto da Constituição Federal de 1988 e seus princípios: da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e do adolescente, da convivência familiar e da paternidade responsável; sob a perspectiva do Código Civil de 2002, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei da Alienação Parental.

Palavras-chave: Alienação Parental. Direitos da Criança e do Adolescente. Garantias.

ABSTRACT

Law n. 12,318 (August 26th, 2010) brought to Brazilian legislation an expanded discussion about issues involving parental alienation, which were, and it is already being, object of study by the doctrine and national jurisprudence. Parental alienation is the negative influence constantly made to a child or adolescent by an adult with the objective to keep them away from another adult, usually a parent or someone who has authority over them. The new position of children and adolescent as subjects of rights, priority protect, is relatively recent in the humanity history. The perception of the family group is modified while it is being studied over time and space, because of cultural data, that makes groups and individuals deserve a special attention. Families recognized from its origins as nucleus of society came to represent a core based not only on economic elements and procreation but anchored in the affection between their members. The core is the human as unique and singular individual with rights and obligations. The affectivity was raised as object of recognition by the legal system. People used to talk in paternal power, today they talk in family power, in a new perspective between power and obligation, embodied in *auctoritas*, which means "to make grow" (the Latin term), and not in vulgar sense that only highlights the dark side of the word, meaning authoritarianism. The research developed in this dissertation aims to explain when and how parental alienation occurs, and what are the ways to prevent it and protect children and adolescents, and everybody who form the different families. Identify the occurrence of parental alienation is the first step in the theoretical perspective, to avoid it in specific cases. Founded in preventive perspective that is intended to draw the conceptualization of the family and their postures under Brazilian law, under the cloak of 1988 Constitution and its principles: the dignity of the human person, the best interests of the child and adolescent, the family and responsible parenthood; from the perspective of the Civil Code of 2002, the Statute of Children and Adolescents, and the Law of Parental Alienation.

Keywords: Parental Alienation. Rights of Children and Adolescents. Garantees.

Autor: Eduardo Wendling

Título: **INTERAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA E DEFESA COMERCIAL**

Data: 22/08/2013

Banca: Dr. Augusto Jaeger Junior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fabiano Menke (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. Luiz Otavio Pimentel (Doutor em Direito pela Universidade Nacional de Assunção)

Dr. Rafael de Freitas Valle Dresch (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Autor: José Correa de Melo

Título: O Conselho de Estado e a Justiça Administrativa: uma análise do contencioso administrativo no Brasil-Império

Data: 26/08/2013

Banca: Dr. Carlos Eduardo Dieder Reverbel (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Antônio Giusti Tavares (Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Rafael Da Cas Maffini (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a realizar uma análise do contencioso administrativo brasileiro no século XIX, de forma panorâmica, a partir da figura central, estruturante, do Conselho de Estado. Valendo-se das investigações historiográficas mais recentes, amparadas em fontes primárias e fundamentação empírica, busca contribuir com uma tentativa de interpretação sobre o papel desempenhado pelo órgão no contexto da formação e consolidação do Estado brasileiro e no quadro constitucional do período, desde o prisma teórico e filosófico de um contributo que se pretendeu colher na tradição clássica. Para tanto, utiliza os conceitos da razão prática (phronesis), bem como a doutrina de justiça em Aristóteles, dentre outros, para percorrer a doutrina da Teoria do Estado e parte da História do Estado Moderno em busca dos modelos e influências que repercutiram na caudal de fatores que forjaram o Estado Nacional no tempo de D. Pedro II e que, em última medida, garantiram a ordem e a unidade do país. Nesse cruzamento de perspectivas, fez-se uma comparação com a França, de cujo modelo, o Brasil se inspirou mais de perto, para a criação do que ficou conhecido como o Terceiro Conselho de Estado. Por outro lado, o estudo do contencioso administrativo imperial é também um resgate dos primórdios do Direito Público em geral e especialmente do Direito Administrativo brasileiros, a merecer novos estudos e desenvolvimentos.

ABSTRACT

This paper proposes to undertake an analysis for Administrative Contentious of Brazil in the nineteenth century, so panoramic, from the central figure, structuring of the Council of State. Utilizing the latest historiographical investigations, supported by primary sources and empirical foundation, seeks to contribute to an attempt at interpretation of the role played by the agency in connection with the formation and consolidation of the Brazilian state and the constitutional framework of the period, from the theoretical perspective and a philosophical contribution was intended spoon in the classic tradition. Therefore, using the concepts of practical reason (phronesis) as well as the doctrine of justice in Aristotle, among others, to traverse the doctrine of the Theory of the State and part of the history of the modern state in search of models and influences that affected the flow factors that forged the nation state in D. Pedro II and that in the

final measure, secured order and unity of the country. At this intersection of perspectives, made a comparison with France, whose model, Brazil has inspired more closely to the creation of what became known as the Third Council of State. Moreover, the study of imperial administrative contentious, is also a rescue of early public law in general and especially the Brazilian Administrative Law, deserving further studies and developments.

Keywords: Brazilian Administrative Law, History, Council of State, Administrative Council.

Autora: Elisângela Simon Caureo

Título: **CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E TRIBUTAÇÃO INDIRETA: MECANISMOS DE APLICAÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA PARA ALÉM DA ELETIVIDADE**

Ability to pay and Indirect Taxes: Application of Ability To Pay Principle Beyond Selectivity

Data: 30/08/2013

Banca: Dr. Luiz Felipe Silveira Difini (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Cezar Saldanha Souza Junior (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Robson Maia Lins (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

RESUMO

O presente estudo é um exercício de argumentação e análise da doutrina acerca da tributação sobre o consumo da população de baixa renda sob a ótica do princípio da capacidade contributiva. O tema é a aplicação do Princípio da capacidade contributiva em relação aos tributos indiretos, também chamados tributos sobre o consumo. A doutrina nacional afirma que a capacidade contributiva, em relação a esses tributos, é promovida unicamente pelo binômio seletividade/essencialidade. Este trabalho busca demonstrar que o princípio da capacidade contributiva determina a proteção do mínimo existencial e de acordo com ela deve ser interpretado. Conclui-se que a capacidade contributiva, em relação aos titulares de renda mínima (mínimo existencial), especificamente quanto aos tributos indiretos, deve ser otimizada (comando para ser otimizado), preservando, dessa maneira, os direitos de propriedade e de liberdade do titular do mínimo existencial. Assim, para além da técnica da seletividade e da essencialidade, estão a serviço da capacidade contributiva nesse campo, as técnicas de praticabilidade e de simplificação tributária.

Palavras-chave: Capacidade contributiva. Tributação sobre o consumo. Tributos indiretos. Mínimo existencial. Liberdade. Propriedade. Praticabilidade.

ABSTRACT

This study analyses the jurisprudence about taxes over the low-income population's consumption, on the perspective of the ability to pay principle. The subject of the study is the enforcement of the ability to pay regarding the indirect taxes, also called tax over the consumption. The Brazilian jurisprudence maintains that the ability to pay principle regarding these taxes is promoted solely by the binomial selectivity/essentiality. This work pursues to expose that the ability to pay principle determines the protection of the minimum existential and, according to this, should be interpreted. The conclusion is that the contributive capacity regarding to the bearer of the minimum income (existential minimum), especially on the indirect tax, should be optimized (command to be optimized), thus preserving the rights to property and the freedom *minimum* income bearer. So,

beyond the selectivity and essentiality technique, are in this field for the service of the Ability to Pay, the techniques of practicability and tax simplification.

Keywords: Contributive capacity. Ability to pay. Tax over consumption. Indirect tax. Existential minimum. Freedom. Property. Practicability.

Autor: Joel Ilan Paciornik

**Título: AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – ASPECTOS
CONTROVERTIDOS**

Data: 02/09/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dra. Betina Treiger Grupenmacher (Doutora em Direito Tributário pela Universidade Federal do Paraná)

Dr. Fernando Quadros da Silva (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Sergio Luis Wetzel de Mattos (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autora: Ana Maria de Almeida Ribeiro

Título: **SERVIÇO PÚBLICO: APROXIMAÇÕES ENTRE O TRATAMENTO DA NOÇÃO NO DIREITO FRANCÊS E NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA**

Public Service: Similarities between the Treatment of the Concept in French Law and in European Union Law

Data: 16/10/13

Banca: Dr. Rafael da Cás Maffini (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Itiberê de Oliveira Rodrigues (Doutor em Direito pela Universität Munster (Westfälische-Wilhelms))

Dr. Juarez Freitas (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Sergio Severo (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade analisar as aproximações entre o tratamento conferido à noção de serviço público no direito francês e no direito da União Europeia. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, analisa-se, primeiramente, o desenvolvimento da concepção de serviço público no direito francês, discorrendo sobre a noção clássica e identificando os principais elementos que caracterizam o instituto atualmente. Após, examina-se a evolução da abordagem da questão no direito comunitário, delineando-se as noções forjadas no âmbito da União Europeia. Por fim, do cotejo entre o tratamento do tema no direito francês e no direito comunitário, destacam-se as aproximações encontradas, concluindo-se pela assimilação, por parte das instituições europeias, dos principais aspectos caracterizadores da noção francesa, mediante a consagração de novas expressões passíveis de serem compreendidas por todos os Estados-membros e cujo conteúdo reflete a realização das adequações necessárias à realidade da União Europeia, sobretudo no que diz respeito às atividades de interesse geral dotadas de caráter econômico.

Palavras-chave: Serviços públicos. Serviços de Interesse Geral. Serviços de Interesse Econômico Geral. União Europeia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the treatment given to the notion of public service both in french law and in European Union law. Using bibliographic research, it first analyzes the notion developed in french law, by reviewing the classic notion and identifying the main elements that characterize the institut nowadays. After that, it examines how the subject approach evoluted in the European Union, tracing the notions forged by it. At last, after the comparison between how the subject is treated under the french and the European Union law, the approaches are outlined, concluding that the European Union institutions assimilated the main aspects that characterizes the french notion,

by the consecration of new expressions that can be understood by all member States, and which content reflects the necessary adjustments to the reality of the European Union, especially with regard to the activities of general interest endowed with economic character.

Keywords: Public Services. Services of General Interest. Services of General Economic Interest. European Union.

Autor: Daniel do Amaral Vieira

Título: **TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA EM FAVOR DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**

Data: 23/10/2013

Banca: Dr. Luiz Felipe Silveira Difini (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. James José Marins de Souza (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Dr. Rafael da Cás Maffini (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autora: Michelle Coelho Muller

Título: **A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM PERÍODO DE CONFLITO ARMADO**

Data: 24/10/2013

Banca: Dra. Martha Lucía Olivar Jimenez (Orientadora Doutora em Direito pela Université Robert Schuman Strasbourg III, U. Strasbourg III, França)

Dr. Antoni Pigrau Solé (Doutor em Direito pela Universidade de Barcelona)

Dr. Fábio Costa Morosini (Orientador, Doutor em Direito Internacional pela University of Texas at Austin)

Dr. Thomaz Francisco Silveira de Araujo Santos (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autora: Daniela Copetti Cravo

Título: **CONCORRÊNCIA E CONSUMIDOR: DÚPLICE CAPITULAÇÃO DA VENDA CASADA**

Data: 29/10/2013

Banca: Dr. Augusto Jaeger Junior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Cristiano Heineck Schmitt (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

Apesar dos princípios da livre concorrência e da defesa do consumidor estar lado a lado em sede constitucional e terem uma relação bastante íntima, tendo em vista o objetivo comum que os une, percebe-se, com poucas ressalvas, que a defesa da concorrência e a defesa do consumidor, no Brasil, sempre se mantiveram quase que incomunicáveis. Um exemplo de conduta que realça essa íntima interface entre Defesa do Consumidor e da Concorrência é o abuso de posição dominante, que tem como uma das suas principais manifestações a venda casada (tying ou vente liée). A venda casada, por gerar danos à livre concorrência e constituir-se como uma falha interna na relação de consumo, vem a ser capitulada como prática abusiva no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e como infração à ordem econômica na Lei de Concorrência. Assim, a prática comercial pode vir a ser reprimida simultaneamente pelas duas esferas, o que impinge um diálogo entre a tutela da concorrência e a tutela do consumidor. Desta feita, a presente dissertação visou a responder aos seguintes problemas de pesquisa: (i) qual o liame entre defesa do consumidor e da concorrência? (ii) Como essas defesas podem ser mais bem coordenadas e harmonizadas? (iii) É necessária a dúplice capitulação? (iv) como articular as defesas, a fim de que resultados mais efetivos no que toca ao bem-estar do consumidor possam ser atingidos? A conclusão que se chegou é que a dúplice repressão à venda casada – não só não constitui um bis in idem – como é necessária. Não há que se falar em repressão apenas pela esfera da concorrência ou pela do consumidor, uma vez que, como bem salientado ao longo do presente estudo, em ambas as hipóteses restaria o consumidor desprotegido, sem mecanismos de de Dessarte, poderá haver a aplicação simultânea da Lei Antitruste e do Código do Consumidor a uma prática de venda casada, sendo que cada uma irá atuar em um nível diferente de proteção ao consumidor: a primeira de forma macro e a segunda, micro. No entanto, para que essa dupla tutela se torne eficaz, é necessário uma coordenação entre essas duas leis, a fim de que se preserve a coerência do sistema.

Palavras-chave: Livre Concorrência. Consumidor. Venda Casada.

ABSTRACT

Although the principle of free competition and consumer protection are side by side in the constitutional seat and have a very intimate relationship, in view of the common goal that bind

them, it is clear, with few exceptions, that antitrust and consumer protection in Brazil, always remained almost unreachable. An example of conduct that emphasizes this intimate interface between Consumer and Competition is the abuse of a dominant position, which has as one of its main manifestations the tying. The tying, since generates damage to competition and to the consumers, is typified as a violation of the economic order in the Competition Act and as an abusive practice in the Consumer Protection Code. Thus, commercial practice is likely to be suppressed simultaneously by the two spheres, which enforces a dialogue between the protection of the consumer and the protection of competition. Therefore, this thesis aims to answer the following research problems: (i) what is the link between consumer protection and competition protection; (ii) How these defenses can be better coordinated and harmonized; (iii) The dual capitulation is required; (iv) How to articulate the defenses to achieve more effective results, when it comes to the welfare of the consumer; The conclusion reached is that the twofold repression of tying – not only isn't a *bis in idem* – as it is needed. There is no way to speak of repression only by the sphere of competition or of consumer, since, as stressed throughout this study, in both cases the consumer would be left unprotected, without defense mechanisms. Thus, is possible that in a practice of tying occurs the simultaneous application of the Antitrust Act and the Consumer Protection Code. Each of these laws will act on a different level of consumer protection: the first, in the macro level and the second, on the micro. However, for this dual control becomes effective, it is necessary coordination between these two laws, in order to preserve the coherence of the system.

Keywords: Free Competition. Consumer. Tying.

Autor: Eduardo Siqueira Néri

Título: AS PROVAS ILÍCITAS E O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: FUNDAMENTO E ELEMENTOS PARA APLICAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DE EXCLUSÃO DE PROVAS

The Illegally Obtained Evidence and the Brazilian Civil Procedure: Ground and Elements for Applying the Constitutional Exclusionary Rule

Data: 11/11/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)
Dr. Darci Guimarães Ribeiro (Doutor em Direito Processual pela Universidade de Barcelona)
Dr. Klaus Cohen-Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Dr. Sérgio Luís Wetzel de Mattos (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

A prova ilícita é aquela cujas condutas empreendidas para sua obtenção, formação ou utilização violam prescrições de direito material, ou direitos fundamentais materiais. A inadmissibilidade de uma prova relevante, determinada pela aplicação de uma regra de exclusão de finalidade extraprocessual, implica necessária inobservância do direito fundamental à prova da parte que requer sua admissão e possível óbice à averiguação fidedigna dos fatos relevantes para a causa. O Artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal de 1988, contém uma regra (não um princípio) de inadmissibilidade, no processo, das provas ilícitas, que tem por escopo proteger bens jurídicos e por fundamento a capacidade de coibir a adoção de condutas antijurídicas através de um efeito profilático. Tratando-se de uma regra (e não de um princípio), uma vez que preenchido o suporte fático da norma, ela deve ser aplicada por subsunção (não por ponderação), o que não exclui a possibilidade de, ao momento da sua aplicação, verificar-se uma hipótese de superabilidade. A teoria da ponderação de interesses parte de premissas adequadas à noção de superabilidade, contudo, os interesses (razões) a serem ponderados no caso concreto não podem ser determinados somente pela importância do bem jurídico sobre o qual incidirão os efeitos da sentença e daquele que foi afetado pela prova ilícita, sendo imprescindível considerar o caráter prospectivo e complementar da proteção conferida pela regra constitucional de exclusão de provas. Não existem boas razões para restringir a aplicação do Artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal, ao âmbito do processo penal, ou aos casos em que a obtenção, formação ou utilização da prova implica violação de direitos fundamentais; é praticada por um agente estatal; ou é praticada pela própria parte que requer sua admissão. Também não existem bons argumentos para criarem-se requisitos de legitimidade para requerer a exclusão da prova ou aproveitar os efeitos da exclusão. Entretanto, caracterizam hipóteses de superabilidade os casos em que aquele que obtém, forma ou utiliza uma prova ilícita possui motivos razoáveis para acreditar na juridicidade da conduta por ele empreendida; ou sequer planeja obter meios de comprovação através das condutas adotadas, promover a aplicação da regra não representa qualquer benefício, apenas prejuízos, ao mesmo tempo em que excepcioná-la não implica redução da capacidade de coibir do efeito profilático. Por fim, considera-se que a incorporação da teoria

dos frutos da árvore venenosa ao direito brasileiro é medida que representa o resguardo da capacidade protetiva da regra constitucional de exclusão de provas, sendo com ela compatível a exceção de fonte independente; passível de compatibilização a exceção de descoberta inevitável; e incompatível a exceção de purgação da mácula.

Palavras-chave: Prova Ilícita. Prova Inadmissível. Processo Civil. Exceção de Boa-Fé. Teoria dos Frutos da Árvore Venenosa.

ABSTRACT

Illegally obtained evidence is so called the one whose conducts employed in order to obtain, form or employ it violate material law or fundamental material rights prescriptions. Inadmissibility of a relevant evidence determined by the application of an exclusionary rule of a non procedural purpose implies mandatory non observance of the fundamental right to evidence of that part who requires its admission, as well as possible hindrance to the faithful verification of relevant facts to the lawsuit. The Article 5, item LVI, of the Brazilian Federal Constitution of 1988 contains a rule (and not a principle) of inadmissibility, in the procedure, of illegally obtained evidences, which aims to protect juridical assets and is based upon the capacity of evading the adoption of antijuridical conducts through a deterrent effect. Considering it a rule (and not a principle), once fulfilled its factual support, it must be applied subsumptionally (and not ponderously), what does not exclude the possibility of, at a certain moment of its application, being verified a hypothesis of defeasibility. The interests ponder theory (teoria da ponderação de interesses) starts off from suitable premises to the very notion of defeasibility, however interests (reasons) to be pondered in the actual case may not be determined solely by the relevance of the juridical asset which shall be subjected to the effects of the decision and of the one to be affected by the illegally obtained evidence, being vital to consider both the prospective and complementary characters of the protection given by the constitutional evidence exclusionary rule. There are no good reasons to restrict the application of the Article 5, item LVI, of the Federal Constitution to the criminal procedure ambit, or to the cases where the obtaining, formation or usage of the evidence implies violation of fundamental rights; is carried out by a state agent; or is carried out by the very part who requires its admission. There are neither good arguments in order to create requirements of legitimacy for the evidence exclusion or to relish the effects of its exclusion. Nevertheless, characterize hypotheses of defeasibility those cases in which the one who obtains, forms or employs a illegally obtained evidence possesses reasonable arguments to believe in the rightfulness of the adopted conduct; or does not even plan to obtain means of evidence through the adopted conducts, in such a way that to promote the application of the rule does not represent any benefits for the parts, only disadvantages and, at the same time that except it does not imply the reduction of the deterrence capacity of the deterrent effect. Eventually, it is considered that the incorporation of the fruits of the poisonous tree doctrine to Brazilian law is a measure that represents the beware of the protective capacity of the constitutional exclusionary rule, being compatible to it, the independent source doctrine, possibly suited, the inevitable discovery exception and unsuitable, the purged taint exception.

Keywords: Illegally Obtained Evidence. Inadmissible Evidence. Civil Procedure. Deterrent Effect. Good Faith Exception. Fruits of the Poisonous Tree Doctrine.

Autor: Giancarlo Michel de Almeida

Título: **EM BUSCA DA TRADIÇÃO OCIDENTAL NO SÉCULO XX: A FILOSOFIA POLÍTICA CRÍTICA DE GERHART NIEMEYER E O CONSERVADORISMO NORTE AMERICANO**

Data: 18/11/2013

Banca: Dr. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Orientador, Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Alejandro Montiel Alvarez (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Dr. Carlos Ignacio Massini-Correas (Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Mendoza)

Dr. Raúl Enrique Rojo (Doutor em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)

RESUMO

Após a primeira metade do séc. XX, tem ocorrido uma revolução na Filosofia Política, Jurídica e Moral. A partir da rejeição do projeto racionalista da modernidade, Filósofos pós Segunda Guerra tentam recuperar o que se havia perdido na modernidade, que são os preceitos da Filosofia Política clássica, da tradição Ocidental, da transcendência judaico-cristã. Destacamos Gerhart Niemeyer para a compreensão do papel do conservadorismo nesse debate. Consideramos que sua Filosofia amadurece até um conservadorismo moderado em três fases: funcionalismo imanentista e crítica à modernidade, anticomunismo e, então, a definição de Filosofia Política conservadora. Sua crítica se desenvolve identificando a raiz moderna das ideologias do séc. XX: na rejeição do divino e da ordem existente, materialismo, a ideia (dialética) de luta de classes, positivismo e jus naturalismo moderno, ativismo revolucionário daí resultante, bem como no historicismo moderno. Seu principal conceito, “*total critique*”, denuncia que as ideologias modernas possuem caráter político apenas destrutivo, pois requer a destruição do mundo existente (construído na realidade da experiência humana e baseado no Direito Natural transcendente) para a realização de uma natureza humana idealizada e utópica, ou seja, irrealizável. Assim, após a fragmentação da Tradição Ocidental, para reconstruir uma ordem legítima e fundamentada é necessário atentar para ideias como: a tradição Ocidental e o Direito Natural, a identidade e passado público, mito fundador, “*realm*” como unidade política, moral e limites em função do mito, virtudes existenciais da comunidade, consenso de valores (*homonoia*), bem como a capacidade crítica necessária para manter a continuidade da unidade cultural em uma democracia. Então, destacamos a importância do conservadorismo americano nesse movimento. Observamos que sua experiência acadêmica e política, ao longo da Guerra Fria, estão no contexto do conservadorismo norte-americano. Contudo, seu conservadorismo é diferente, devido a sua crítica ao liberalismo e a Direita, delineando um conservadorismo moderado.

Palavras-chave: Filosofia do Direito. Filosofia Política. Metodologia. Crítica à Modernidade. Tradição Ocidental. Direito Natural. Conservadorismo Norte-Americano.

ABSTRACT

After the first half of the 20th century there is a revolution in Political, Legal and Moral Philosophy. From the rejection of the rationalist project of modernity, post Second War philosophers try to recover what was lost in modernity, which are the precepts of classical Political Philosophy, on Western tradition, on the Judeo-Christian transcendence. Featuring Gerhart Niemeyer on the understanding the role of conservatism on this debate. We consider that his philosophy matures to a moderate conservatism in three phases: immanentist functionalism and critique of modernity, anticommunism, and then the definition of conservative political philosophy. His critique analysis is developed on identifying the modern root of 20th century ideologies: the rejection of the divine and the existing order, the materialism, the (dialectic) idea of class struggle, positivism and modern jusnaturalism, the resulting revolutionary activism, as well as the modern historicism. Its main concept, "total critique" shows off that modern ideologies have only destructive political character, because it requires the destruction of the existing world (founded in the reality of human experience and based on the sound transcendent Natural Law) to conduct an idealized and utopian human nature, which is unrealizable. So, after the fragmentation of Western Tradition, to rebuild a lawful and reasoned order it is necessary to look after ideas such: the public identity and public past, the founding myth, "realm" as political unit, moral and limits concerning the myth, existential virtues of community, common sense values (homonoia), as well as the necessary critic skill to keep the abidance of the cultural unity in a democracy. Then, we point the importance of American conservatism over this postmodern movement. We found that his academic and politics experience, throughout the Cold War, are within the context of American conservatism. However, his conservatism is different for his critique of liberalism, which means a moderate conservatism.

Keywords: Law Philosophy. Political Philosophy. Methodology. Critique of Modernity. Western Tradition. Natural Law. American Conservatism

Autor: Bruno Irion Colletto

Título: **A HERMENÊUTICA DO DIREITO NATURAL CLÁSSICO: A PROPOSTA METODOLÓGICA DE LEO STRAUSS**

Hermeneutics on Classical Natural Right's Doctrine: Leo Strauss' Methodological Approach

Data: 20/11/2013

Banca: Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Orientador, Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Carlos Ignacio Massini-Correas (Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Mendoza)

Dr. Luis Fernando Barzotto (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Raúl Enrique Rojo (Doutor em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma investigação filosófica acerca da idéia de direito natural tendo por base o pensamento de LEO STRAUSS. Este filósofo alemão, radicado nos Estados Unidos, como um crítico da modernidade e do que chamava de “Crise dos Nossos Tempos”, desenvolveu uma proposta metodológica de apropriação e de estudo dos textos clássicos (filosofia política clássica), abordando os ensinamentos dos pré-modernos como passíveis de fornecer respostas verdadeiras às questões políticas da modernidade. A hermenêutica de LEO STRAUSS acerca da idéia de direito natural e a sua proposta metodológica serão estudados por meio de um panorama geral do seu projeto político-filosófico, bem como por meio do estudo dos seus escritos específicos sobre filosofia política clássica e sobre direito natural clássico, buscando compreender e explicar suas posições. Resgatar o papel da filosofia política era o seu intento principal, o que culminava numa reafirmação não apenas do papel da filosofia, mas também do papel da política: uma solução clássica, não para uma questão contemporânea, mas para uma questão perene da humanidade.

Palavras-chave: Leo Strauss. Filosofia Política Clássica. Direito Natural.

ABSTRACT

This research aims at presenting a philosophical inquiry to the idea of ‘natural right’. It is based on the doctrine of Leo Strauss, a German Philosopher radicated in the United States. The author, a critic of modernity, which he called ‘Crisis of Our Times’, has proposed a methodological approach to have cognizance and to study classical philosophical literature (classical political philosophy). He believed pre-modern teachings could yield true answers to modern political questions. Leo Strauss’ hermeneutics regarding the idea of natural right and his methodological approach will be studied through a general overview of his political and philosophical project and his specific studies regarding classical political philosophy and natural right. The intent is to understand and explain his position. This research concludes that his intention was to rescue the role of political philosophy, not only through the reaffirmation of the role of philosophy, but also the role of politics. He searched for a classical solution not for a contemporary question, but for a perennial human inquiry.

Keywords: Leo Strauss. Classical Political Philosophy. Natural Right.

Autora: Daniela Pereira Lucht

Título: **ASPECTOS COMPARATIVOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO TRÁFICO DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL - UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL**

Data: 22/11/2013

Banca: Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo (Orientador, Doutor em Direito pela universidade do Rio Grande do Sul)

Dr. José Vicente Tavares dos Santos (Doctorat D'Etat Sociologie pela Université de Paris X, Natterre)

Dra. Roberta Camineiro Baggio (Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Roger Raupp Rios (Doutor em Direito pela Universidade do Rio Grande do Sul).

RESUMO

Este estudo teve como objetivo abordar aspectos comparativos de cooperação internacional focando o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Inicia-se a abordagem refletindo sobre a dignidade da pessoa humana e as questões socioculturais que permitem que a exploração sexual continue a existir e necessite uma investigação e persecução diferenciada de outras modalidades criminosas. A cooperação internacional, entre órgãos governamentais e não governamentais, é discutida em razão da transnacionalidade do crime de tráfico internacional de pessoas e atuação de organizações criminosas. O estudo comparativo de legislações e melhores práticas implementadas pelos Estados é realizado principalmente em relação aos países membros da União Europeia e do MERCOSUL e busca apontar pontos positivos e deficiências a fim de sugerir ações que devem ser implementadas ou melhoradas para que o tráfico internacional de pessoas para exploração sexual possa tornar-se cada vez mais difícil de ser realizado.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Tráfico Internacional de Pessoas. Exploração Sexual. Crimes Transnacionais. Globalização. Organizações Criminosas. União Europeia. MERCOSUL.

ABSTRACT

This work aims to address comparative aspects of international cooperation focusing on international trafficking in persons for sexual exploitation. The approach initiates reflecting on the dignity of the human person and the socio-cultural issues that allow the sexual exploitation to continue to exist and to require an investigation and prosecution that differs from other criminal procedures. International cooperation, between governmental and non-governmental organizations, is discussed because of the transnational nature of the crime of international trafficking in persons and of the activities of criminal organizations. The comparative study of legislation and best practices implemented by the States addresses mainly the European Union and MERCOSUR member States and seeks to identify strengths and weaknesses in order to suggest actions that should be implemented or improved so that the international trafficking in persons for sexual exploitation may become increasingly difficult to realize.

Keywords: International Cooperation. International Trafficking in Persons. Sexual Exploitation. Transnational Crimes. Globalization. Criminal Organizations. European Union. MERCOSUR.

Autora: Luisa Zuardi Niencheski

Título: A INTERFACE ENTRE OS TRATADOS MULTILATERAIS AMBIENTAIS E AS REGRAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

The Interface Between the Multilateral Environmental Treaties and the Rules of the International Trade of World Trade Organization

Data: 26/11/2013

Banca: Dr. Fábio Costa Morosini (Orientador, Doutor em Direito Internacional pela University of Texas at Austin)

Dra. Cláudia Lima Marques (Doutora em Direito pela Universität Heidelberg, Ruprecht-Karls)

Dr. Marcelo Dias Varela (Doutor em Direito pela Universidade de Paris, Panthéon-Sorbonne)

Dra. Michelle Ratton Sanchez Badin (Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade analisar a compatibilidade das medidas restritivas comerciais, constantes em diversos tratados multilaterais ambientais, com as normas que compõem um sistema que prevê o multilateralismo, a abertura e a equidade nas relações comerciais. Trata-se de um estudo que, a partir da análise de tratados internacionais, da jurisprudência e da revisão bibliográfica existente na área do comércio e meio ambiente, investiga os aspectos da fragmentação do direito internacional, reconhecendo a necessidade de coordenação entre os subsistemas normativos. Para tanto, serão percorridas teorias a respeito da potencialidade de conflito entre diferentes normas e jurisdições competentes, demonstrando que, através de métodos interpretativos e do recurso a princípios gerais do direito internacional, é possível encontrar a forma apropriada para harmonizá-los. Nesse espectro, ganha importância o exame do artigo XX do GATT 1994 e dos casos que ressaltam a aplicação desta norma que fornece exceções ao regime comercial, permitindo a execução de políticas governamentais que atendam à proteção dos recursos naturais. A toda evidência, conclui-se que as disposições dos tratados ambientais e comerciais interagem no cenário jurídico internacional, denunciando que o sistema de livre-comércio inclina-se a adaptar a agenda ambiental entre as suas preocupações, respondendo ao desafio de promover o equilíbrio entre as normas do direito internacional e a coerência entre esses diversos tratados.

ABSTRACT

The following dissertation aims to analyze the compatibility of trade restrictive measures introduced in various multilateral environmental agreements with trade rules, guided by open, non-discriminatory, equitable and predictable multilateral trading relations. This study relies on the agreements examination, case and literature review in the trade and environment area, researching aspects of the fragmentation of international law that recognize the need for coordination between normative self-contained regimes. Likewise, the thesis goes through relevant theories regarding the potential conflict between different norms and competent jurisdictions, demonstrating that it is

possible to find the proper way to harmonize them by interpretive methods and general principles of international law. Furthermore, it is required to explore the role introduced under article XX of the GATT 1994 and the jurisprudence that highlight the application of this rule, which provides exceptions to the trade regime, allowing the enforcement of government policies that address the protection of natural resources. Thereby, this study concludes that the provisions of the multilateral environmental and trade treaties interact in the international legal arena, emphasizing that the free trade system is inclined to adapt the environmental agenda among their concerns, responding to the challenge of promoting the balance between the norms of international law and coherence between these various treaties.

Autora: Helena Vasconcelos

Título: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL: UMA ANÁLISE DO MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATY BRASIL/ESTADOS UNIDOS

Data: 02/12/2013

Banca: Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo (Orientador, Doutor em Direito pela universidade do Rio Grande do Sul)

Dr. Florisbal de Souza del'Olmo (Doutor em Direito pela universidade do Rio Grande do Sul)

Dr. Marcelo Caetano Guazzelli Peruchin (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Autor: Marcos Pascotto Palermo

Título: **AS IDEIAS ACERCA DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO ESTADO E SUA RECEPÇÃO POR TRATADOS LUSO-HISPÂNICOS DO SÉCULO XVIII**

Data: 12/12/2013

Banca: Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Orientador, Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Gustavo César Machado Cabral (Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo)

Dr. Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais)

Dr. Rafael Ruiz Gonzalez (Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo)

Dr. William Smith Kaku (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

TESES DE DOUTORADO 2013

Autor: Marcos Cáprio Fonseca Soares

Título: **PRONUNCIAR O DIREITO: GLOBALIZAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA RECONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE JURÍDICA – ESTUDO A PARTIR DO DIREITO CONTRATUAL**

Data: 15/04/2013

Banca: Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dra. Cláudia Lima Marques (Doutora em Direito pela Universität Heidelberg, Ruprecht-Karls)

Dr. João Martins Bertaso (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Martonio Mont'Alverne Barreto Lima (Doutor em Direito pela Johann Wolfgang Goethe – Universität Frankfurt am Main)

Autor: Leonardo da Rocha de Souza

Título: A CONSIDERAÇÃO DOS ASENTES À DELIBERAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA A PARTIR DA ÉTICA DO DISCURSO DE JÜRGEN HABERMAS

The consideration of absentees at environmental deliberation: a proposal from the discourse ethics of Jürgen Habermas

Data: 17/04/2013

Banca: Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Fábio Costa Morosini (Doutor em Direito Internacional pela University of Texas at Austin)

Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Doutora em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo)

Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

A tese foi publicada, tendo as seguintes informações:

SOUZA, Leonardo da Rocha de Souza. *A Consideração dos Ausentes à Deliberação Ambiental: uma Proposta a Partir da Ética do Discurso de Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RESUMO

A ética do discurso de Jürgen Habermas indica, como requisito para o discurso ideal, que todos os afetados pela norma devem dar seu consentimento sobre o conteúdo da deliberação. Na tentativa de aplicar esse princípio do discurso à matéria ambiental, percebemos que ela atinge um número incontável de pessoas, separadas daqueles que estão deliberando por questões relativas à geografia, ao tempo, à cultura, à classe social e à espécie. O propósito desta tese, ciente da extensão da matéria ambiental, é demonstrar a necessidade de reconhecer os interesses daqueles que estão ausentes à deliberação, identificando quem são e de que forma são atingidos, bem como os motivos que levariam os presentes à deliberação a considerá-los. Veremos que o reconhecimento dos ausentes à deliberação é exigência de uma sociedade complexa, marcada pela diversidade de modos de vida e de pontos de vista. Sem reconhecer todos os atingidos pela norma ambiental, a deliberação ficará desequilibrada. Por isso, as pré-compreensões e os interesses privados dos que estão deliberando devem dar lugar ao entendimento e atendimento dos interesses dos ausentes. Podemos identificar esses ausentes em cinco grupos: as outras culturas, as outras classes sociais, as outras nações, as futuras gerações e a natureza. Ao identificar e atender aos interesses desses grupos chegaremos, em relação ao tratamento da matéria ambiental, a concepções multiculturais, justas, cosmopolitas, de solidariedade intergeracional e policêntricas. Os presentes à deliberação ambiental chegarão a essas concepções, considerando os ausentes, incentivados por um ou mais dos seguintes motivos: o medo das consequências ambientais e das sanções; as vantagens e as desvantagens econômico-financeiras; a pressão exercida por organizações e outros atores internacionais; os compromissos

firmados em tratados e declarações internacionais; ou por meio da formação de uma nova racionalidade ambiental. O ideal é que essa nova racionalidade ambiental seja formada nos presentes à deliberação de forma que considerem os interesses dos ausentes não por uma influência externa ou egoísta, mas sim por valorizar os ausentes: as outras culturas, classes sociais, nações, futuras gerações e espécies.

Palavras-chave: Deliberação ambiental. Ética do discurso. Jürgen Habermas. Consideração dos ausentes. Reconhecimento.

ABSTRACT

The discourse ethics of Jürgen Habermas suggests, as a requirement for the ideal discourse, that all those affected by the norms should give their consent on the content of the deliberation. In an attempt to apply this principle of discourse to environmental theme, we realized that it reaches countless people, separated from those who are acting for issues relating to geography, time, culture, social class and species. The purpose of this thesis, aware of the extent of environmental theme, is to demonstrate the need to recognize the interests of those who are absent for deliberation, identifying who they are and how they are achieved, and the reasons that lead those that are present on the deliberation to consider them. We will see that the recognition of absentees for deliberation is a requirement of a complex society, marked by the diversity of lifestyles and viewpoints. Without recognizing all those affected by the environmental norms, the decision will be unbalanced. Therefore, the pre-understandings and the private interests of those who are presents must give way to understanding and meeting the interests of absentees. We can identify those absentees in five groups: other cultures, other classes, other nations, future generations and nature. To identify and meet the interests of these groups we arrive, in relation to the treatment of environmental themes, to the multicultural, fair, cosmopolitan, intergenerational solidarity and polycentric conceptions. The present determination to reach these environmental concepts, considering the absentees, aided by one or more of the following reasons: fear of the environmental consequences and penalties; advantages and disadvantages economic-financial, the pressure exerted by international organizations; commitments firmmed in international treaties and conventions, or through the formation of a new environmental rationality. In an ideal situation, this new environmental rationality would be absorbed by the people who are deliberating in such a way that they consider the interests of absent not by an external influence or selfish, but by recognizing those who are absent: other cultures, social classes, nations, future generation and species.

Keywords: Environmental deliberation. Discourse ethics. Jürgen Habermas. Consideration of absentees. Recognition.

Autor: Leonardo Brandelli

Título: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TUTELA DA APARÊNCIA JURÍDICA AO TERCEIRO REGISTRAL IMOBILIÁRIO DE BOA-FÉ: ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

Data: 29/04/2013

Banca: Dra. Véra Maria Jacob de Fradera (Orientadora, Doutora em Direito pela Université Paris II Up II)

Dr. Eugênio Facchini Neto (Doutor em Direito pela Università degli Studi di Firenze)

Dr. Fábio Siebeneichler de Andrade (Doutor em Direito pela Universität Regensburg)

Dr. Flavio Murilo Tartuce Silva (Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo)

Dra. Lisiane Feiten Wingert Ody (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Ronald Otto Hillbrecht (Co-orientador, Doutor em Economia pela University of Illinois)

Dra. Tania Mara Ahualli (Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo)

Autor: Daniel Ustárroz

Título: A COMPENSAÇÃO DOS DANOS PROVOCADOS POR ATOS LÍCITOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO (A PARTIR DA DOCTRINA SOLIDARISTA)

Data: 08/05/2013

Banca: Dra. VÉRA MARIA JACOB DE FRADERA (Orientadora, Doutora em Direito pela Université de Paris II Up II)

Dr. EROULTHS CORTIANO JUNIOR (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

Dr. EUGÊNIO FACCHINI NETO (Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Firenze)

Dr. FABIANO MENKE (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. GILBERTO SCHÄFER (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

O presente texto discute a possibilidade de ser reconhecida, no quadro das fontes de responsabilidade civil previstas no direito privado brasileiro, o dever de indenizar a partir de um ato lícito. Para tanto, apresenta a teoria solidarista de Léon Bourgeois, discutindo a possibilidade de sua recepção em face das premissas do Código Civil de 2002. Após, estabelece critérios que devem guiar o intérprete na identificação do dever de indenizar, a partir de ato lícito, bem como particularidades que regulam as formas de compensação.

Palavras-chave: Privado Brasileiro. Responsabilidade Civil. Fontes do Dever de Indenizar. Ato lícito danoso. Indenização equitativa.

RIASSUNTO

La tese discute la possibilità di essere riconosciuta nel modello di diritto privato brasiliano la responsabilità civile da atti leciti. Presenta la teoria solidarista di Léon Bourgeois, discutendo la sua compatibilità con le premesse del Codice Civile del 2002. Dopo stabilisce i criteri che devono guidare l'interprete nell'individuare il indennizzo da atto lecito, così come le caratteristiche speciali che regolano forme di compensazione.

Keywords: Diritto Privato Brasiliano. Responsabilità Civile. Fonti della Responsabilità Civile. Atto lecito dannoso. Equo Indennizzo.

Autora: Marta Marques Avila

Título: **O INTERESSE LOCAL E A COMPETÊNCIA MUNICIPAL NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO**

Data: 23/05/2013

Banca: Dr. Cezar Saldanha Souza Junior(Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Helio Saul Mileski (Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca)

Dr. Luis Roque Klering (Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo)

Dr. Raúl Enrique Rojo (Doutor em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França)

Dra. Regina Maria Macedo Nery Ferrari (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná)

RESUMO

A instituição municipal, presença constante no constitucionalismo brasileiro, teve, anteriormente à Constituição de 1988, a expressão ‘peculiar interesse’ relacionada à sua competência. Com a entrada em vigor do atual texto constitucional, a expressão referida à competência municipal foi alterada para ‘interesse local’. Com o fim de identificar a possível majoração das atribuições e do poder decisório municipal, são analisadas as visões de teóricos e práticos da atividade municipal. Concluiu-se que, mesmo o Município tendo sido valorizado pelo texto constitucional vigente, o poder decisório da instituição municipal não foi fortalecido, a começar pela própria redação constitucional. Propõe-se a interpretação da repartição de atribuições entre os entes, de forma que a regulamentação e a ação do Poder Público tenham como ponto de partida a instituição municipal. **Palavras-chave:** Município. Competência. Interesse Local. Peculiar Interesse. Autonomia. Predominância. Poder de Decisão.

ABSTRACT

Municipality as an ever-present concept in Brazilian constitutions used to be viewed as a competence of ‘peculiar interest’ prior to the Constitution of 1888. However, the approval and implementation of the current constitutional text interchanged ‘peculiar interest’ for ‘local interest’. Therefore the goal of the present study is to verify if there has been any increase in municipality attributions as well as in its power of decision. Towards this end, analysis of municipality theoretical framework was carried out to establish that upgrading in the concept of municipality in the current Brazilian Constitution as to its power of decision has not been enhanced due to the very same constitutional text’s phrasing. Analysis on how the sharing of attributions occur among the entities involved in municipal Public Power legal regulation and decision making is called for so as the municipality itself become the starting point of any action, as it should.

Keywords: Municipality. Competence. Local Interest. Peculiar Interest. Autonomy. Predominance. Power of Decision.

Autor: Roberto José Ludwig

Título: **A NORMA DE DIREITO FUNDAMENTAL ASSOCIADA: DIREITO, MORAL E RAZÃO EM ROBERT ALEXY**

Data: 11/06/2013

Banca: Dr. Luís Afonso Heck (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais)

Dr. Anizio Pires Gavião Filho (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Draiton Gonzaga De Souza (Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel)

Dr. Ernildo Jacob Stein Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Paulo Gilberto Cogo Leivas (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

A tese tem por objeto um ente normativo que Robert Alexy denomina “norma de direito fundamental associada”, ou seja, uma norma não diretamente estatuída pelo texto de direito fundamental mas que é associada a uma determinação de direito fundamental nele constante. Por esse instrumento, que implica procedimento de interpretação e argumentação, podem ser resolvidos racionalmente casos que envolvem ponderação de princípios colidentes. O conceito, além de conjugar o direito fundamental com a teoria dos princípios e ambos com a argumentação jurídica, apresenta utilidade prática, bem como supera os problemas que se levantam a seu respeito. **Palavras-chave:** Direitos fundamentais. Interpretação. Teoria da Norma. Teoria dos Princípios. Ponderação. Regra.

ABSTRACT

The subject of the thesis is a normative entity that Robert Alexy calls "associated norm of fundamental right", that is, a norm, which is not directly enacted by the text of the Constitution but is associated with a fundamental rights provision by means of a relationship of specification and justification. With the use of this instrument, which implies a procedure of interpretation and argumentation, cases that involve the balancing of colliding principles can be settled rationally via application of the rule that expresses the concrete relation of precedence between those principles. In this way, the concept provides a connection between the theory of fundamental rights and both the theory of principles and the theory of legal argumentation. In addition, it offers practical utility, explanatory power and efficiency in problem-solving.

Keywords: Fundamental rights. Interpretation. Theory of Norms. Theory of Principles. Balancing. Rule.

Autora: Alessandra Lehmen

Título: **DIREITO E GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL**

Global Environmental Governance and The Law

Data: 20/06/2013

Banca: Dra. Véra Maria Jacob de Fradera (Doutora em Direito pela Université Paris II Up II)

Dr. Anizio Pires Gavião Filho (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Bibiana Graeff Chagas Pinto Fabre (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Université Paris I, Panthéon-Sorbonne)

Dr. Fabio Morosini (Doutor em Direito Internacional pela University of Texas at Austin)

Dra. Lisiane Feiten Wingert Ody (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Roger Raupp Rios (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

Este estudo dedica-se a investigar de que formas a governança ambiental global se tem desenvolvido no mundo globalizado e como se articula o influxo recíproco entre esta e o direito internacional ambiental. Tomando por base o fenômeno da globalização, *ostatus* de preocupação comum da humanidade que reveste as questões de proteção internacional ao meio ambiente e, ainda, o conceito de desenvolvimento sustentável, verifica-se de que formas a nova governança ambiental global se distingue da governança tradicional, para, em seguida, refletir sobre as implicações deste processo para o direito internacional ambiental. Dá-se especial relevo à crescente participação de atores não estatais, buscando compreender seu papel e a quebra de paradigma consistente na adoção de formas contratuais, voluntárias, para a consecução dos objetivos da proteção internacional ao meio ambiente. Considerando-se que os instrumentos da nova governança são inclusivos, mas, ao mesmo tempo, multifacetados e, por vezes, caóticos, busca-se conciliá-los com os instrumentos da governança tradicional com vistas a garantir que a flexibilidade das soluções construídas de baixo para cima não seja ameaçada e, ao mesmo tempo, que seja conferida coesão ao sistema, evitando que antinomias ponham em risco a efetividade desejada. Para tanto, propõe-se uma nova arquitetura institucional que compreende duas instituições centrais: uma *Organização Mundial do Meio Ambiente (OMMA)* e uma *Corte Internacional de Meio Ambiente (CIMA)*, constituídas de forma a consagrar expressamente a principal característica da nova governança ambiental global, a saber, a participação de atores não estatais.

Palavras-chave: Governança Ambiental. Direito Internacional. Atores não Estatais. Organização Mundial do Meio Ambiente. Corte Internacional de Meio Ambiente.

ABSTRACT

This dissertation aims at investigating how global international governance develops in the globalized world, and how the reciprocal influx between the later and international environmental law is articulated. Taking into consideration the globalization phenomenon, the status of a common

concern of humanity that characterizes the issues of international environmental protection as well as the concept of sustainable development, the study analyzes how the new global environmental governance sets itself apart from traditional governance, while reflecting upon the implications of said process for international environmental law. The increasing level of participation of non-state actors is especially considered in an effort to understand its role and the breaking of a paradigm it entails, consisting in the adoption of voluntary, contractual instruments for achieving the goals of international environmental protection. Bearing in mind that the instruments of the new governance are inclusive but at the same time multifaceted and even chaotic, this study tries to reconcile them with traditional governance instruments so that the flexibility of bottom-up solutions is not threatened and that at the same time the system gains cohesion, thus avoiding contradictions that may jeopardize its desirable effectiveness. In order to reach these goals, a new institutional architecture which encompasses two central institutions is proposed: a World Environmental Organization (WEO) and an International Environmental Court (IEC), constituted so as to expressly recognize the main feature of the new global environmental governance, that is, the participation of non-state actors.

Keywords: Environmental Governance. International Law. Non-state Actors. World Environmental Organization. International Environmental Court.

Autor: Gustavo Silveira Borges

Título: **ERRO MÉDICO NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS: COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA METAMORFOSE DA PESSOA EM PACIENTE PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS JURÍDICAS**

Data: 31/07/2013

Banca: Dr. Cesar Viterbo Matos Santolin (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Cristiano Heineck Schmitt (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Paulo de Tarso Sanseverino (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Pedro Bins Ely (Doutor em Cirurgia Plástica pela Universidade Federal de São Paulo)

RESUMO

Esta tese destina-se a ser uma contribuição para o estudo da responsabilidade civil médica, em especial, nas cirurgias plásticas, a partir de um enfoque interdisciplinar, da Sociologia, da Psicanálise, da Medicina e da Bioética, para compreensão do processo de percepção corporal da pessoa, sua conversão em paciente até a judicialização nos casos de erro médico. A hipótese da pesquisa parte de uma análise inter-relacional com diferentes ramos do saber, notadamente com a abordagem de elementos da psicanálise como instrumento de (re)leitura das subjetividades na produção da homogeneidade da imagem corporal, objetivando-se a explicação do aumento do número de cirurgias plásticas e, como consequência, do volume de demandas judiciais que tem como pedido a reparação de danos decorrente de erro médico. A pesquisa é conduzida a partir do questionamento sobre o fenômeno da metamorfose da pessoa em paciente e seus reflexos jurídicos. Inicialmente, buscou-se investigar, tomando-se como base as reflexões sobre o mal-estar produzido pelas novas formas de subjetividade na busca pela beleza corporal e da homogeneidade das identidades corporais, como ocorre a transformação da pessoa em paciente, os transtornos mentais com representações corporais e a relação deste processo como fenômeno jurídico. Na segunda parte da tese, exploraram-se os fundamentos jurídicos da relação médico-paciente, bem como a vinculação jurídico-obrigacional, examinando-se os deveres jurídicos essenciais que devem ser observados na relação cirurgião plástico-paciente. Por fim, a investigação termina com o exame dos fundamentos da responsabilidade civil médica nas cirurgias plásticas e a análise do tratamento jurídico da jurisprudência pátria para esta situação.

Palavras-chave: Responsabilidade civil médica. Código Civil. Código de Defesa do Consumidor. Diálogo das Fontes. Cirurgia Plástica. Psicanálise.

ABSTRACT

This thesis is aimed at being a contribution to the study of civil liability in the area medicine, specifically with a focus on plastic surgery. This will involve an interdisciplinary focus in

Sociology, in Psychoanalysis, in Medicine and Bioethics, for a better understanding of the process of an individual's corporal perception in his participation as a patient up to the point of judicial intervention via cases of medical malpractice. The hypothesis of this research is part of an interrelated analysis with different sources of knowledge, notably with an approach using psychoanalysis elements as an instrument of (re)reading the subjectivities in the creation of homogeneity of the corporal image, with the objective of explaining the increase in the number of plastic surgeries, and the consequent increase in judicial actions pleading damages from a medical error. The study is conducted from the inquisition about the phenomenon of metamorphosis of an individual from patient to legal party. Initially, the study sought to investigate, using the negative effects produced by new forms of subjectivity in the search of physical beauty and homogeneity in physical identity as the base, the transformation of a person as a patient, the mental disturbances with physical manifestations, and the relationship of this process as a judicial phenomenon. The second part of this thesis explores the legal foundations of the doctor-patient relationship, such as a legal-obligatory link, and the essential legal duties that should be observed in the plastic-surgeon patient relationship. Finally, the investigation ends with an examination of the fundamental responsibilities of medical liability in plastic surgeries, and an analysis of the legal treatment in national jurisprudence for this situation.

Keywords: Responsibility. Medical liability. Civil Code. Code of Consumer Defense. Dialogue of Sources. Plastic Surgery. Psychoanalysis.

Autora: Karime Costalunga

Título: AS DIFERENTES LÓGICAS DO DIREITO NA TRANSMISSÃO PATRIMONIAL EM UMA SOCIEDADE LIMITADA INTUITUS PERSONAE: UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA MATÉRIA APÓS O CÓDIGO CIVIL DE 2002

Data: 13/08/2013

Banca: Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dra. Judith Hofmeister Martins Costa (Orientadora, Doutora em Direito e Livre Docente pela Universidade de São Paulo)

Dr. Alexandre dos Santos Cunha (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dra. Cibele Pinheiro Marçal Cruz e Tucci (Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo)

Dr. Gerson Luiz Carlos Branco (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dra. Maria Aracy Menezes da Costa (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Autora: Thami Covatti Piaia

Título: **PATH DEPENDENCE: AS ASSIMÉTRICAS TRAJETÓRIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS**

Path Dependence: Asymmetrics Trajectories of Institutionalization of Technological Innovation in Brazil and the United States

Data: 29/08/2013

Banca: Dr. Cesar Viterbo Matos Santolim (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Eugênio Battesini Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. João Martins Bertaso (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Rafael de Freitas Valle Dresch (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro (Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

O presente trabalho tem como *insight* fundamental, explicar as assimétricas trajetórias da inovação tecnológica no Brasil e nos Estados Unidos e demonstrar como a Lei da Inovação Brasileira (10.973/04) pode contribuir para a diminuição desta diferença, criando um ambiente favorável para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil, no âmbito universidade/empresa. Sendo que os dois países foram descobertos na mesma época e passaram por processos de colonização e imigração, então qual seria a razão para tamanha disparidade na questão relacionada à inovação tecnológica. Ao passo que os Estados Unidos ocupam posição de destaque no cenário mundial, o Brasil não aparece no *ranking* dos países mais inovadores do mundo. A razão estaria na *path dependence* de ambos os países. As trajetórias dependentes formadoras desses países foram muito distintas, resultando em Matrizes Institucionais completamente diferentes. A Matriz Institucional americana, formada por regras formais, informais e pelo *enforcement* é muito mais eficaz que a Matriz Institucional brasileira. Na tentativa de mudar a situação, foi criada em 2004, a Lei da Inovação brasileira. A referida lei, veio para regular e institucionalizar a inovação no Brasil. A Lei prevê a propriedade das novas tecnologias produzidas na interação universidade/empresa, diminuindo os custos de transação, reduzindo o ambiente de incerteza e criando uma situação de maior segurança jurídica, levando a uma evolução institucional e gerando um melhor desempenho econômico.

Palavras-chave: Path Dependence. Instituições. Inovação Tecnológica.

ABSTRACT

This work has fundamental insight, explaining the asymmetric trajectories of technological innovation in Brazil and the United States and demonstrates how the Brazilian Innovation Act (10.973/04) can contribute to reducing this gap by creating a favorable environment for research and development of new technologies in Brazil, within the university/company. Being that the two countries were discovered around the same time and went through processes of colonization and immigration, then what is the reason for such disparity as it relates to technological innovation. While the United States occupy a prominent position on the world stage, Brazil does not appear in the ranking of the most innovative countries in the world. The reason would be the path dependence of both countries. Dependent trajectories forming these countries were very different, resulting in Institutional Matrices completely different. The American Institutional Matrix, formed by formal rules, informal and the enforcement is much more effective than Brazilian Institutional Matrix. In an attempt to change the situation, was established in 2004, the Brazilian Innovation Act. The act came to regulate and institutionalize innovation in Brazil. The act provides for the ownership of new technologies produced in the interaction between university/company, reducing transaction costs, reducing the uncertain environment and creating a situation of greater legal certainty, leading to institutional development and creating a better economic performance.

Keywords: Path Dependence. Institutions. Innovation.

Autora: Antonia Espíndola Longoni Klee

Título: O REFORÇO DO DIREITO DE ARREPENDIMENTO DOS CONSUMIDORES NOS CONTRATOS A DISTÂNCIA E POR MEIOS ELETRÔNICOS

The Reinforcement of the Consumer's Right to Cancellation in Remote Contracts and by Electronic Means

Le Renforcement du Droit de Rétractation du Consommateur dans les Contrats Conclus a Distance et via des Moyens Electroniques

Data: 30/08/2013

Banca: Dra. Claudia Lima Marques (Orientadora, Doutora em Direito pela Universidade pela Universität Heidelberg, Ruprecht-Karls)

Dr. Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fabiano Menke (Doutor em Direito pela Universidade de Kassel)

Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação do contrato eletrônico e a proteção do consumidor no ordenamento jurídico brasileiro, partindo das características da internet, das peculiaridades do comércio eletrônico, do exame dos planos de existência, de validade e de eficácia dos contratos, bem como das características da formação do contrato no meio eletrônico, em especial aquele celebrado a distância, e pela internet. Para uma melhor compreensão, aborda o conceito e a classificação de contrato eletrônico, a prova do contrato eletrônico, a criptografia e a assinatura digital. Examina o direito de arrependimento do consumidor, analisando a sua natureza jurídica e a sua regulamentação pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Decreto nº 7.962/2013. Expõe que, para o reforço do direito de arrependimento do consumidor nos contratos a distância e por meios eletrônicos, há a necessidade de se adaptar o conceito de estabelecimento empresarial. Para isso aborda a teoria do estabelecimento empresarial, discorrendo sobre os contratos celebrados fora do estabelecimento empresarial, em domicílio e a distância e sobre o estabelecimento empresarial virtual relacionado ao exercício do direito de arrependimento do consumidor. Da mesma forma, estuda a atualização do microsistema do Código de Defesa do Consumidor no que tange ao comércio eletrônico, especificamente com relação ao direito de arrependimento do consumidor, tendo em vista sua vulnerabilidade acentuada pelos meios eletrônicos e pela internet. Conclui que a criação e o desenvolvimento da internet e a disseminação de sua utilização pelas pessoas é um movimento social que necessita de amparo jurídico e legal no Brasil, a fim de garantir uma maior segurança nas relações estabelecidas virtualmente e a distância. Apesar de o direito positivo brasileiro regular a maior parte das transações realizadas na internet, a tese demonstra a necessidade de se criar uma legislação específica, baseada na experiência estrangeira, principalmente a legislação europeia, para que se mantenha a ordem e se garanta a segurança das

relações jurídicas, buscando um aprofundamento da proteção do consumidor na sociedade de consumo massificada. Sugere alteração do atual artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, com base no Projeto de Lei do Senado nº 281/2012, no Decreto nº 7.962/2013 e na Diretiva Europeia 2011/83/UE, propondo uma nova redação ao dispositivo, e a inclusão do artigo 49-A ao Código de Defesa do Consumidor, para regular algumas exceções ao direito de arrependimento do consumidor que contrata a distância e por meios eletrônicos. As proposições realizadas sugerem o reforço do direito de arrependimento do consumidor, para adequar o ordenamento jurídico brasileiro às transformações sofridas pela sociedade da informação. Por último, propõe a priorização da educação para consumo dos usuários dos meios de contratação a distância e eletrônicos, inclusive a internet.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Contrato Eletrônico. Direito de Arrependimento. Relações de Consumo na Internet. Estabelecimento Empresarial Virtual. Proteção do Consumidor.

ABSTRACT

This paper analyzes the configuration of the e-contract, and the consumer's protection in the Brazilian legal system, starting as of the characteristics of the Internet, the peculiarities of the e-commerce, the examination of plans of existence, of the validity and efficacy of contracts, as well as of the features of the contract's formation in the electronic means, mainly those entered remotely, and by the Internet. For a better understanding, it approaches the concept and categorization of e-contract, the proof of the e-contract, the digital cryptography and signature. It examines the consumer's right to cancellation, analyzing its regulation by the Consumer's Defense Code, and Decree nº 7.962/2013. It states that, so as to reinforce the consumer's right to cancellation in contracts remote and by electronic means, it is necessary to adapt to the concept of business establishment. For such, it approaches the business establishment theory, going over the contracts entered outside the business establishment, in a domicile, and remotely, and the virtual business establishment related to the exercise of the consumer's cancellation right. Likewise, it studies the updating of the Consumer's Defense Code microsystem in connection with the e-commerce, mainly in relation to the consumer's right to cancellation, in view of their vulnerability, accentuated by the electronic means and by the Internet. It concludes that the creation and development of the Internet, and its disseminated utilization by the people is a social movement that needs a juridical and legal support in Brazil, so as to assure a higher security in those virtually and remotely established relations. Although the Brazilian legal system regulates most of the transactions carried out via Internet, the thesis demonstrates the necessity of creating a specific legislation, based on the foreign experience, mainly the European experience, so as to keep the order and assure the security of the legal relations, aiming at a stronger consumer's protection in the massified consumption society. It suggests the amendment of present article 49 of the Consumer's Defense Code, based on Senate's bill nº 281/2012, and Decree nº 7.962/2013, and European's Direction 2011/83/EU, proposing a new text to the disposition, plus the inclusion of article 49-A of the Consumer's Defense Code, so as to regulate some exceptions to the consumer's right to cancellation, when contracting remotely and by electronic means. The propositions made suggest reinforcing the consumer's right to cancellation, so as to adequate the Brazilian legal system to the transformations undergone by the information society. Finally, it proposes the prioritization of an education for consumption, of users of the means of contracting remotely and by electronic means, including the Internet.

Keywords: Consumer's Right. Electronic Contract. Right to Cancellation. Consumption Relations in the Internet. Virtual Business Establishment. Consumer's Protection.

RÉSUMÉ

Le présent travail analyse la formation du contrat électronique et la protection du consommateur dans l'ordonnancement juridique brésilien à partir des caractéristiques d'internet et du commerce électronique, de l'examen des conditions d'existence, de validité et d'efficacité des contrats, ainsi que des singularités de la formation du contrat dans le milieu électronique, en particulier celui établi à distance et via internet. Pour mieux comprendre, il est procédé à une approche du concept, de la classification et de la preuve du contrat électronique, mais aussi de la cryptographie et de la signature numérique ; à cela s'ajoute l'examen du droit de rétractation du consommateur, de sa nature juridique et de sa réglementation par le Code brésilien de Défense du Consommateur et par le Décret n° 7.962/2013. Ainsi, il apparaît nécessaire d'adapter le concept de fonds de commerce pour renforcer le droit de rétractation du consommateur dans les contrats conclus à distance et via des moyens électroniques. L'étude se centre sur la théorie du fonds de commerce, sur les contrats signés en dehors du fonds de commerce, à domicile et à distance, ainsi que sur le fonds de commerce virtuel lié à l'exercice du droit de rétractation du consommateur. D'autre part, l'accent est mis sur l'actualisation du micro-système du Code de Défense du Consommateur en ce qui concerne le e-commerce et, plus spécifiquement, le droit de rétractation du consommateur en tenant compte de sa vulnérabilité accentuée par les moyens électroniques et internet. Il en ressort que la création et le développement d'internet et son utilisation à grande échelle est un mouvement social qui a besoin d'un support juridique et légal au Brésil pour garantir des relations virtuelles plus sûres. Même si le droit positif brésilien régit la plupart des transactions effectuées sur internet, le travail démontre la nécessité de création d'une législation spécifique basée sur l'expérience étrangère et plus particulièrement européenne, pour maintenir l'ordre, garantir la sécurité des relations juridiques et renforcer la protection du consommateur dans la société de consommation massive. Dans ce sens, cette recherche suggère de modifier l'article 49 du Code de Défense du Consommateur actuel sur la base du Projet de Loi du Sénat n° 281/2012, du Décret n° 7.962/2013 et de la Directive Européenne 2011/83/UE, avec une nouvelle rédaction du dispositif et l'inclusion de l'article 49-A au Code de Défense du Consommateur afin de réguler certaines exceptions au droit de rétractation du consommateur dans le cas du contrat électronique et à distance. La proposition est de renforcer le droit de rétractation du consommateur pour adapter l'ordonnancement juridique brésilien aux transformations occasionnées par la société de l'information. Enfin, il faut donner la priorité à l'éducation des consommateurs ayant recours aux contrats électroniques à distance, y compris via internet.

Mots-Clés : Droit du Consommateur. Contrat Electronique. Droit de Rétractation. Relations de Consommation sur Internet. Fonds de Commerce Virtuel. Protection du Consommateur.

Autora: Clarissa Costa de Lima

Título: O DIREITO DE RECOMEÇAR: EM BUSCA DE UM MODELO PARA O TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL

Data: 30/08/2013

Banca: Dra. Cláudia Lima Marques (Orientadora, Doutora em Direito pela Universität Heidelberg, Ruprecht-Karls)

Dr. Antonio Herman de Vasconcellos Benjamin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Alcebíades de Oliveira Júnior (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Dr. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Autor: Fabiano Koff Coulon

Título: A FUNÇÃO DISSUASÓRIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL SOB AS LENTES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: CONTRIBUTO AO EXAME DOS SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA

Data: 03/09/2013

Banca: Dr. Cesar Viterbo Matos Santolim (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Gerson Luiz Carlos Branco (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Giácomo Balbinotto Neto (Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo)

Dr. Leandro Martins Zanitelli (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Luis Renato Ferreira da Silva (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

RESUMO

A tese tem por objeto a compreensão da função dissuasória da responsabilidade civil a partir de contribuições da análise econômica do direito. Seus objetivos consistem em identificar as variáveis que devem ser consideradas para a atribuição de um *quantum* indenizatório adequado a dar conta dessa função de acordo com a lógica econômica (como os custos de precaução e a probabilidade de ocorrência de eventos danosos), estabelecer a forma pela qual elas se relacionam com o objetivo a ser alcançado, fundamentar a importância da observância destas variáveis, mediante a demonstração de que, caso a indenização não as reflita, devem surgir situações indesejáveis de falta ou excesso de estímulo para a adoção de cuidados por parte dos potenciais causadores de danos, bem como contrapor tais variáveis com alguns dos critérios frequentemente utilizados na fixação do valor indenizatório em nossa jurisprudência. Partindo da contextualização das funções da responsabilidade civil no panorama mais amplo do funcionalismo jurídico, a tese analisa também a aplicação da função dissuasória na responsabilidade da empresa pelos atos de seus empregados, utilizando-se para tanto dos contributos da teoria econômica da agência, mais especificamente dos problemas associados ao risco moral e à ação oculta por parte dos empregados, para que, ao final, possa ser efetivada uma reflexão crítica sobre as possibilidades e limites da aplicação de tal função a este ramo da responsabilidade civil.

ABSTRACT

The thesis aims to understand the deterrence function of tort law through the lens of law and economics. Its objectives are to identify the variables that must be considered to quantify the amount of damages according to economic logic (such as the costs of precaution and the probability of incurring in liability), to set the way they relate to the deterrence goal, to support the observance of these variables by showing that if damages does not reflect them, there must occur situations of underdeterrence or overdeterrence that are not desirable, and to compare this approach with the actual criteria commonly used in determining the amount of damages by judicial courts.

Starting from the understanding of functions of tort law in a broader picture of the role of functionalism in private law, the thesis also analyzes the deterrence function in the enterprise's liability for the acts of their employees, using the contributions of agency theory, more specifically the problems associated with moral hazard and hidden action by employees, concluding with a reflection on the possibilities and limits of such a function to this branch of tort law.

Autor: Gabriel Pintaúde

Título: **FUNÇÃO SOCIAL DA PROCESSUALÍSTICA – AUTORIDADE DA RAZÃO DOGMÁTICA NA TUTELA JURISDICIONAL**

Data: 03/09/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Fredie Souza Didier Junior (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Dr. Humberto Bergmann Ávila (Doutor em Direito pela Universidade de Munique)

Dr. Marcelo Lima Guerra (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Dr. Tercio Sampaio Ferraz Júnior (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Autor: Guilherme Boff

Título: **VERDADE E HERMENÊUTICA JURÍDICA EM PAUL RICOUER – O FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DA APLICAÇÃO DO DIREITO**

Data: 08/11/2013

Banca: Dr. Luis Fernando Barzotto (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Doutor em Direito pela Universitat de València)

Dr. Draiton Gonzaga de Souza (Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel)

Dr. Elias Grossmann (Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Dr. Wladimir Barreto Lisboa (Doutor em Filosofia pela Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne)

Autor: Roner Guerra Fabris

Título: **A DETERMINAÇÃO DO OBJETO DA PATENTE EM DIREITO BRASILEIRO E EUROPEU**

La Détermination de l'Objet du Brevet en Droit Brésilien et Européen

(Titulação simultânea com a Université Robert Schuman, França)

Data: 29/11/2013

Dra. Ver Maria Jacob de Fradera (Orientadora, Doutora em Direito pela Université de Paris II Up II)

Dr. José Roberto D'Afonseca Gusmão (Doutor em Direito pela Université Robert Schuman, França)

RESUMO

O estudo é relativo ao balanço entre a extensão da proteção do objeto da patente e da segurança jurídica. A tese se apoia sobre a legislação e decisões brasileiras e europeias. O estudo aborda num primeiro capítulo a determinação do objeto da patente no momento de sua redação: a descrição é analisada do ponto de vista formal e substantivo. Em seguida a reivindicação é analisada a partir de suas estruturas formais e de direito substantivo. A noção de meios é definida. A função da descrição e da reivindicação na determinação do objeto da patente estando definidas, a segunda parte do estudo é consagrada às regras de interpretação. A análise constitucional brasileira é realizada levando em consideração os limites dados pelo protocolo interpretativo do artigo 69 da Convenção Europeia de Patentes. Em seguida são propostos parâmetros internos e externos para guiar a interpretação das reivindicações e determinar o objeto da patente. O processo interpretativo visa assegurar ao titular da patente seu pleno direito e aos terceiros a segurança jurídica.

Palavras-chave: Patente. Objeto. Reivindicação. Determinação. Extensão. Interpretação.

RÉSUMÉ

L'étude fait un bilan de l'étendue de la protection de l'objet du brevet et de la sécurité juridique. Elle s'appuie sur la législation et les décisions brésiliennes et européennes. L'étude aborde dans un premier temps la détermination de l'objet du brevet lors de sa rédaction: la description est analysée du point de vue de la forme, puis de celui du fond. Ensuite, la revendication est analysée du point de vue de ses structures et de ses conditions de fond. La notion de moyen est définie. Le rôle de la description et de la revendication dans la détermination de l'objet du brevet étant défini, la deuxième partie de l'étude est consacré aux règles d'interprétation. L'analyse constitutionnelle brésilienne est faite en prenant en compte les cadres données par le protocole interprétatif de l'article 69 de la Convention Européen de Brevets. Ensuite, nous proposons des paramètres internes et externes pour guider l'interprétation des revendications et déterminer l'objet du brevet. La démarche vise à assurer au titulaire du brevet le plein droit et aux tiers la sécurité juridique.

Autor: Artur Thompsen Carpes

Título: A PROVA DO NEXO DA CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

Data: 13/12/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Daniel Mitidiero (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Fernando Quadros (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. José Maria Rosa Tesheiner (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Dr. Marcelo Lima Guerra (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

RESUMO

Falar em nexo de causalidade supõe reconhecer determinado evento como “causa”, outro como “efeito”, além da existência de uma relação entre estes. Só é possível qualificar determinado evento como “causa” mediante raciocínio lógico, isto é, através de interpretação acerca da relação que se estabelece entre dois eventos, um anterior e o seu respectivo efeito. Tal relação não é de uma simples associação e não possui, portanto, natureza exclusivamente fática, dependendo sempre de significativo grau de reflexão. A notória complexidade da prova do nexo de causalidade decorre de semelhante constatação: trata-se de fenômeno não absolutamente empírico, do que decorrem dificuldades na sua demonstração em juízo e, por conseguinte, óbices à efetividade da tutela do direito da vítima do dano. A presente tese busca definir os contornos da prova do nexo de causalidade, de sorte a apontar critérios objetivos que proporcionem sua racionalização e facilitação em juízo. Parte-se da premissa de que a verdade a ser buscada no processo civil é aquela que assume caráter de probabilidade preponderante em relação à hipótese contrária. A probabilidade, de sua vez, decorre da valoração das provas produzidas a respeito da causalidade específica, ou seja, a partir do critério da probabilidade baconiana. A teoria da causalidade adequada demanda a utilização do id plerumque accidit ou lei de cobertura para aferir o nexo de causalidade, o que implica, no mais das vezes, em prová-lo por presunção através de raciocínio lógico de natureza indutiva. Não é possível confundir o nexo de causalidade com a causalidade geral, medida através de cálculo estatístico, porque tal conceito não se presta a aferir a relação particular existente entre os eventos. Definidas as premissas conceituais em torno do conceito de nexo de causalidade e de verdade, são apontados os critérios a partir dos quais será possível racionalizar a atividade probatória, mediante a correta delimitação da prova do nexo de causalidade, o juízo de sua admissibilidade, a produção da prova, sua valoração e decisão quanto ao juízo de fato no processo civil brasileiro.

Palavras-chave: Direito processual civil. Prova. Nexo de causalidade. Verdade. Probabilidade. Presunção.

ABSTRACT

To address causality, in addition to the relationship between both events, one needs to recognize a determined event as the "cause" and another event as the "effect". It is only possible to define such

certain event as the "cause" of another pursuant to logic reasoning; in other words, through the interpretation of the relationship established between succeeding events and the effect between them. Such relationship, however, is not a simple association of such events and does not have, therefore, an exclusively factual nature. It always requires a substantial degree of reflection. The known evidentiary complexity in causality derives from a similar observation: it is not exclusively empirical, for there are competing difficulties to evidence it in court imposing, as a result, obstacles to the effectiveness of the delivery of justice to the claimant. This thesis seeks to define the contours for evidence of causality in a legal proceeding, setting forth objective criteria to provide for its rationalization and facilitation in court. The initial premise is that the truth being searched in civil procedure is one that has predominant probability over the other hypothesis. Probability, in its turn, is the result of valuation of evidence produced regarding the specific causality; in other words, from the perspective of baconian probability. Being the theory of causality adequate to the expression, in law, of the nomologic model of causal explanation, the rationalization of causality in court requires the application of *id plerumque accidit* or scientific law, which implies, most of the time, in providing evidence based on assumptions through inductive logic reasoning. One should not mistake general causality with legal causality, the former measured by statistical calculation, since such concept is not appropriate for assessing the particular relationship between cause and effect in law. Having established the conceptual premises around the concept of causality and the truth, the criteria for rationalizing the evidence available are established. The thesis examines the issues with the definition of the type of evidence for causality, its admission in court, its production, and its valuation – through an analysis of the evidentiary standards and the rigorous need to observe the inferring structure of evidentiary reasoning – and, at last, the decision regarding the facts surrounding causality.

Keywords: Civil Procedure. Evidence. Causality. Truth. Probability. Presumption.

Autor: Ernesto José Toniolo

Título: A PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS NO SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Data: 13/12/2013

Banca: Dr. Danilo Knijnik (Orientador, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Daniel Mitidiero (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Klaus Cohen Koplin (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dr. Leonardo Greco (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo)

Dr. Marcelo Lima Guerra (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)